



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA  
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E  
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**O TRABALHO PLURIATIVO DAS MULHERES EM FEIRAS AGROECOLÓGICAS  
DE FOZ DO IGUAÇU**

**ELISANE RAMIREZ PIRES**

Foz do Iguaçu  
2021



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,  
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA  
ALIMENTAR**

## **O TRABALHO PLURIATIVO DAS MULHERES EM FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE FOZ DO IGUAÇU**

**ELISANE RAMIREZ PIRES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Júlio da Silveira Moreira

Foz do Iguaçu  
2021

ELISANE RAMIREZ PIRES

O TRABALHO PLURIATIVO DAS MULHERES EM FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE FOZ DO IGUAÇU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)  
UNILA

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Curso: \_\_\_\_\_

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Nome do orientador(a): \_\_\_\_\_

Data da Defesa: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a todxs os envolvidos direta e indiretamente! Palavra de ordem "GRATIDÃO".

## AGRADECIMENTOS

Neste momento me reservo a ser grata pelas forças superiores por estarem me orientando na trajetória aqui no planeta conhecido como Terra. Quando resolvi que iria me dedicar ao desenvolvimento do meu ser através dos estudos, começaram os aparecimentos de oportunidades, entre essas a Universidade Federal da Integração Latina Americana – UNILA que por si só abriu todas as portas possíveis e impossíveis que fossem necessárias para a concretização e a realização desta dedicação.

Dou graças a essas forças e ao meu esforço pessoal por poder ter acesso a espaços que por muito tempo foram tidos como “elitizados”. Tais como a inserção na universidade, as monitorias, projetos de extensões, viagens de campo, mobilidade acadêmica internacional, publicação em conjunto com o professor Guillermo Díaz Villavicencio, professor Júlio da Silveira Moreira e Raimundo Cristian Soares, de um livro chamado “Gestão de Projetos Rurais: Abordagem para o Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar”, entre outras atividades oferecidas, tendo o privilégio de estudar e aprender com os melhores professores que o universo poderia me proporcionar.

Junto com as oportunidades que consegui agarrar o máximo possível, também vieram os desafios, as adversidades e os contratemplos, porém a vontade de vencê-los me fez superá-los, por esse motivo estou aqui neste mesmo momento para agradecer e lembrar a todos os envolvidos no processo, o quanto foram necessários os contras e a favores para o aperfeiçoamento da evolução do meu ser.

Gratidão! Às mulheres que fazem parte da Feira Agroecológica do JU-UNILA e às mulheres que formam parte da Feira Agroecológica da Vila A, que estiveram dispostas a disponibilizar seu tempo para que pudesse ser realizado este trabalho e tivéssemos conhecimento sobre suas belas histórias de vida. Que mesmo sendo mulheres e estando em feiras agroecológicas e em alguns momentos sendo menosprezadas, continuam contribuindo com os mais variados benefícios sociais à população, sejam elas por meio da formação de nichos econômicos, dando visibilidade político-econômica para o município e melhorando a saúde dos consumidores que têm por objetivo banir os agrotóxicos de suas alimentações.

Mãe! Mamãezinha, meu amor! É aquela que mesmo quando a gente menos merece é somente ela que está do nosso lado, por isso venho através deste, declarar todo o meu amor e agradecimento a senhora que sempre me acompanhou até nos momentos mais

sombrios e hoje na luz. Lucila Ramirez Troches é o seu nome, porém é conhecida como Lú, Tia Lú, Professora Lucila e agora por último “MAMÁ”.

Por fim volto a ser grata à UNILA, ILAESP, DRUSA, aos professores que tiveram muita paciência para me ensinar, utilizando o máximo possível de suas habilidades, capacitações e qualificações nos requisitos que mais me despertam interesses tais quais: ambiental, planejamento, gestão, cultura, economia e o que une todos ao mesmo tempo tornando-se interdisciplinar a questão social. Lembrando de agradecer também aos meus colegas da América Latina, Caribe e África que me proporcionaram conhecer outras línguas, culturas e religiões. Obrigada, obrigada e obrigada!

*A aventura de quem se dispõe a lutar por seus objetivos é magnífica. É um caminho deslumbrante que vale a pena trilhar.*

***Elaine Spohr***

***Toma teu pote***

*Mulheres, toma teu pote e vai!*

*Não te prendas nas marcas deixadas em ti.*

*Lembra-te de tuas entranhas geradoras que rompem as teias da morte*

*E te lançam no espaço da vida.*

*Toma teu pote e vai. Não te permitas a anestesia*

*Que rouba a vontade de lutar, resistir e sonhar.*

*Tomando teu pote enche o mundo de afeto e ternura.*

*Faz exalar o perfume da vida que só tu podes provocar.*

*Dança, dança a canção da liberdade,*

*Dança a música da saudade,*

*Dança a dor que suavizou e a harmonia que se criou.*

*Apanha o teu pote, o meu, o nosso pote*

*Diz ao mundo que és forte,*

*Mostra que és mulher!*

***Cacilda Mendes Peixoto***

RAMIREZ PIRES, Elisane. **O trabalho pluriativo das mulheres em feiras agroecológicas de Foz do Iguaçu.** 2021. 101p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

## RESUMO

A pesquisa aqui exposta está centrada no protagonismo das mulheres no âmbito das Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A, realizadas na cidade Foz do Iguaçu (PR). A partir dos conceitos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030), especialmente os objetivos número 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem estar) e 5 (igualdade de gênero), analisa-se a atuação protagônica das mulheres que realizam as Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A. São combinadas ferramentas das Ciências Econômicas, Humanas, Sociais e Políticas, levando em consideração a transversalidade existente entre as questões produtivas e de gênero, discutidas a partir de agendas como a dos ODS. A motivação para a realização desta pesquisa vem do projeto de extensão intitulado “Núcleo de Apoio aos Povos da Terra (NAP-TERRA)”, que contribui com o funcionamento da Feira Agroecológica do Jardim Universitário (UNILA). Partimos da hipótese de que a economia invisível gerada por mulheres no âmbito das Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A trata-se de um contraponto ao padrão produtivo dominante, capitalista, o qual se baseia na divisão sexual e desigual do trabalho. Os resultados encontrados apontam que a pluriatividade exercida por essas mulheres garante renda fixa e extra, tornando-as livres e independentes física e financeiramente, contribuindo para um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável e alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; ODS; Mulheres pluriativas; Protagonismo Feminino.

RAMIREZ PIRES, Elisane. **The pluriactive work of women in agroecological fairs in the city of Foz do Iguaçu.** 2021. 101p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

### **ABSTRACT**

The research exposed here is centered on the role of women in the context of the Agroecological Fairs of Jardim Universitário (UNILA) and Vila A, held in the city of Foz do Iguaçu (PR). Based on the concepts of Rural Development and Food Security, and the Sustainable Development Goals – SDG (2030 Agenda), especially objectives number 2 (zero hunger and sustainable agriculture), 3 (health and well-being) and 5 (gender equality), the leading role of women who perform the Agroecological Fairs of Jardim Universitário (UNILA) and Vila A is analyzed. Tools from Economic, Human, Social and Political Sciences are combined, taking into account the existing transversality between productive and gender issues, discussed in agendas such as the SDGs. The motivation for carrying out this research comes from the extension project entitled “Support Center for the Peoples of the Earth (NAP-TERRA)”, a project that contributes to the functioning of the Agroecological Fair of Jardim Universitário (UNILA). The central hypothesis is that the work carried out by pluriactive women at agroecological fairs contributes to the achievement of sustainable development objectives which aim to promote rural development, food security and gender equity. We start from the hypothesis that the invisible economy generated by women within the scope of the Agroecological Fairs of Jardim Universitário (UNILA) and Vila A is a counterpoint to the dominant, capitalist productive pattern, which is based on the sexual and unequal division of labor. The results found point out that the pluriactivity exercised by these women guarantees fixed and extra income, making them free and physically and financially independent, contributing to a more sustainable rural development model that is aligned with the Sustainable Development Goals.

**Key words:** Rural Development; Food Security; SDG; Pluriactive women; Female protagonism.

RAMIREZ PIRES, Elisane. **El trabajo pluriactivo de las mujeres en las ferias agroecológicas de Foz do Iguaçu**. 2021. 101p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

## RESUMEN

La investigación aquí expuesta se centra en el rol de la mujer en el contexto de las Ferias Agroecológicas del Jardim Universitário (UNILA) y Vila A, realizadas en la ciudad de Foz do Iguaçu (PR). Basado en los conceptos de Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria, y los Objetivos de Desarrollo Sostenible – ODS (Agenda 2030), especialmente los objetivos número 2 (Hambre Cero y Agricultura Sostenible), 3 (Salud y Bienestar) y 5 (Igualdad de Género), se analiza el protagonismo de las mujeres que realizan las Ferias Agroecológicas de Jardim Universitário (UNILA) y Vila A. Se combinan herramientas de las Ciencias Económicas, Humanas, Sociales y Políticas teniendo en cuenta la transversalidad existente entre temas de género, discutidos en base a agendas como los ODS. La motivación para realizar esta investigación proviene del proyecto de extensión denominado “Centro de Apoyo a los Pueblos de la Tierra (NAP-TERRA)”, un proyecto que contribuye al funcionamiento de la Feria Agroecológica del Jardim Universitário (UNILA). Partimos de la hipótesis de que la economía invisible generada por las mujeres en el ámbito de las Ferias Agroecológicas de Jardim Universitário (UNILA) y Vila A es un contrapunto al patrón productivo capitalista dominante, que se basa en la división sexual y desigual del trabajo. Los resultados encontrados señalan que la pluriactividad ejercida por estas mujeres garantiza ingresos fijos y extra, haciéndolas libres e independientes física y económicamente, contribuyendo a un modelo de desarrollo rural más sostenible y alineado con los Objetivos de Desarrollo Sostenible.

**Palabras clave:** Desarrollo Rural; Seguridad Alimentaria; ODS; Mujeres pluriactivas; Protagonismo femenino.

RAMIREZ PIRES, Elisane. **Le travail pluriactif des femmes dans les foires agro-écologiques de Foz do Iguaçu**. 2021. 101p. Mémoire (Licence en Développement Rural et Sécurité Alimentaire) – Université Fédérale de l'Intégration Latino-Américaine, Foz do Iguaçu, 2021.

## RÉSUMÉ

La présente recherche est centrée sur le rôle des femmes dans le contexte des Foires Agro-écologiques du Jardin Universitaire (UNILA) et de Villa A, réalisées dans la ville de Foz do Iguaçu (PR). A partir des concepts de Développement Rural et de Sécurité Alimentaire et des Objectifs de Développement Durable - ODD (Agenda 2030), en particulier les objectifs numéro 2 (la lutte contre la faim et la promotion de l'agriculture durable), 3 (la santé et le bien-être) et 5 (l'égalité des sexes), nous analysons le rôle de premier plan des femmes qui réalisent les foires agro-écologiques du Jardin Universitaire (UNILA) et de Villa A. Les outils des sciences économiques, humaines, sociales et politiques sont combinés, en tenant compte de la transversalité existante entre les questions productives et de genre, discutées à partir des agendas tels que celui des ODD. La motivation pour la réussite de cette recherche provient du projet extra-classe intitulé «Structure d'Appui aux Peuples de la Terre (NAP-TERRA)», qui contribue au fonctionnement de la Foire Agro-écologique de Jardim Universitário (UNILA). Nous partons de l'hypothèse que l'économie invisible générée par les femmes dans le contexte des Foires Agro-écologiques du Jardin Universitaire (UNILA) et de Villa A est un contrepoint au modèle de production dominante, capitaliste, basé sur la division sexuelle et inégale du travail. Les résultats obtenus montrent que la pluri-activité exercée par ces femmes garantit des revenus fixes et supplémentaires, les rendant libres et indépendantes physiquement et financièrement, contribuant à un modèle de développement rural plus durable et aligné sur les Objectifs de Développement Durable.

**Mots-clés:** Développement Rural; La Sécurité Alimentaire; ODS; Femmes pluriactives; Protagonisme Féminin.

RAMIREZ PIRES, Elisane. **Ñe'ënguéra guasu: Desenvolvimento Rural, Segurança Alimentar, ODS, Kuñanguéra popyeta, kuñanguéra apoha tenonde.** 2021. 101p. Hechaukapyrã (Graduação Desenvolvimento Rural ha Segurança-gua) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

## **ÑEMOMBYKY**

Ko jetypeka ojehechaukáva ko'ápe oñe'ë kuñanguéra apoha tenonde Ñemupavẽ ha Ñemitỹ rehegua oikóva Jardim Universitario UNILA ha Vila A-pe, oñemboapopyreva Foz do Iguaçu-pe. Ojeipuru rire ñeimo'ã Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar-guive ha Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030) guive, poravopyre añetegua mokõiiva (opa vare'a ha kokuegua ñakarãpu'a), mbohapy (toñemotenonde teko porã), po (toñeguahẽ kuña ha kuimba'e joja rekópe, toñemomba'e guasuve kuña ha mitãkuñame, hesa'ỹijo kuñanguéra oja póva Ñemupavẽ ha Ñemitỹ rehegua oikóva Jardim Universitario UNILA ha Vila A-pe, oñembojoaju tembipuru Ciências Econômicas, Humanas, Sociais e Políticas-gua, upéicha ogueraha techakuaa hasapávare oíva moheñói ha gênero-pe, oñembohováiva ODS-guive. Apouka ojejapo hağua ko jetypeka ou jejaposéva “Núcleo de Apoio aos Povos da Terra (NAP-TERRA)” rire, pópe ha ohechaukáva pytyvõ oiko hağua Ñemupavẽ ha Ñemitỹ rehegua Jardim Universitario UNILA-pe. Ñamotenondeta kóva kuñanguéra jeporeka ndojehechakuaáiha Ñemupavẽ ha Ñemitỹ rehegua oikóva Jardim Universitario (UNILA) ha Vila A-pe ha'eha peteĩ jovái capitalismo-pe, ohechaukáva ñepehe'ã meña rehegua ha tembiapo joja' ÿ Osêva tembiapógui ohechauka kuñanguéra ikatuha ojapo pirapire, upéicha hikuái isãso hağua.

**Ñe'ënguéra guasu:** Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; ODS; Kuñanguéra popyeta; kuñanguéra apoha tenonde.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Prevalência da desnutrição crônica em países da América Latina entre 1990 e 1999 e entre 2005 e 2016.....	40
--	----

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	42
<b>Figura 2</b> – Locais de realização da primeira etapa do estudo.....	62

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 1</b> – Feirante da Vila A.....	69
<b>Fotografia 2</b> – Feira do Jardim Universitário.....	69
<b>Fotografia 3</b> – Roda de leitura durante a feira do Jardim Universitário.....	70
<b>Fotografia 4</b> – Produtos expostos na feira do Jardim Universitário.....	70
<b>Fotografia 5</b> – Produtos expostos na feira do Jardim Universitário.....	71
<b>Fotografia 6</b> – Artesão na feira do Jardim Universitário.....	71
<b>Fotografia 7</b> – Atividades culturais na feira do Jardim Universitário.....	72
<b>Fotografia 8</b> – Atividades culturais na feira do Jardim Universitário.....	73
<b>Fotografia 9</b> – Etapa de aproximação.....	78
<b>Fotografia 10</b> – Etapa de entrevistas.....	78
<b>Fotografia 11</b> – Análise de dados.....	79
<b>Fotografia 12</b> – Tabela de preços das feiras agroecológicas.....	87
<b>Fotografia 13</b> – Atividades culturais na feira do Jardim Universitário.....	87
<b>Fotografia 14</b> – Músico em feira agroecológica do Jardim Universitário.....	88
<b>Fotografia 15</b> – Artesã em feira agroecológica do Jardim Universitário.....	88
<b>Fotografia 16</b> – Grupo de dança do ventre na feira do Jardim Universitário.....	89
<b>Fotografia 17</b> – Grupo de dança carimbó na feira do Jardim Universitário.....	89

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
1 DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	21
1.1 ECONOMIA POLÍTICA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA .....	21
1.2 DESENVOLVIMENTO RURAL .....	27
1.3 SEGURANÇA ALIMENTAR .....	33
1.4 DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL.....	37
1.5 O ELO ENTRE DESENVOLVIMENTO RURAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E A AGENDA 2030.....	41
2 DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO .....	47
2.1 AGROECOLOGIA E TRABALHO FEMININO .....	47
2.2 ECONOMIA FEMINISTA, MULHERES CAMPONESAS E PLURIATIVIDADE	53
3 MULHERES E FEIRAS AGROECOLÓGICAS.....	62
3.1 MULHERES NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO JARDIM UNIVERSITÁRIO (UNILA) E VILAA.....	63
3.2 O TRABALHO DAS MULHERES FEIRANTES EM FOZ DO IGUAÇU E A AGENDA 2030.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	93
ANEXO A – QUESTIONÁRIO AGROECOLOGIA E GÊNERO .....	101

## INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui exposta está centrada no protagonismo das mulheres no âmbito das Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A, realizadas na cidade Foz do Iguaçu (PR). A partir dos conceitos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (Agenda 2030), especialmente os objetivos número 2 (fome zero e agricultura sustentável), 3 (saúde e bem estar) e 5 (igualdade de gênero), analisa-se a atuação protagônica das mulheres que realizam as Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A. São combinadas ferramentas das Ciências Econômicas, Humanas, Sociais e Políticas, levando em consideração a transversalidade existente entre as questões produtivas e de gênero, discutidas a partir de agendas como a dos ODS.

A motivação para a realização desta pesquisa vem do projeto de extensão intitulado “Núcleo de Apoio aos Povos da Terra (NAP-TERRA)”, realizado na Universidade Federal da Integração Latino-Americana sob a coordenação do professor Júlio da Silveira Moreira, projeto que contribui com o funcionamento da Feira Agroecológica do Jardim Universitário (UNILA).

Partimos da hipótese de que a economia invisível gerada por mulheres no âmbito das Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A trata-se de um contraponto ao padrão produtivo dominante, capitalista, o qual se baseia na divisão sexual e desigual do trabalho. A atuação pluriativa destas mulheres pode contribuir aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e operar como uma via econômica alternativa à lógica de desenvolvimento predominante no sistema capitalista.

A metodologia utilizada neste processo de investigação combina a revisão bibliográfica com a realização de entrevistas baseadas na observação participativa/exploratória, partindo de perguntas semi-estruturadas e um roteiro previamente elaborado com base em extensa pesquisa bibliográfica (MANZINI, 2001). Inicialmente, foi realizada a revisão bibliográfica de textos, livros e artigos

referentes aos conceitos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, que serviram como fundamentação teórica e crítica desta monografia.

Em seguida, foram revisados documentos oficiais de organismos nacionais e internacionais (como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, CEPAL; a Food and Agriculture Organization of the United Nations, FAO; e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE) e, a partir dos dados obtidos, foi elaborado um breve mapeamento do panorama atual do Desenvolvimento Rural e da Segurança Alimentar na América Latina e no Brasil.

Após isto, discutimos o papel da mulher dentro da sociedade capitalista e sua relação com a agroecologia. Finalmente, analisamos as entrevistas realizadas às trabalhadoras das Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e Vila A para relacionar a sua atuação com o processo de consolidação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, estudamos o funcionamento das feiras a partir do papel desempenhado pelas mulheres que participam dentro destes espaços.

O foco da pesquisa são os processos de tomada de decisões que são realizados por essas mulheres, ou seja, como elas gerenciam o funcionamento e administram os recursos provenientes das feiras. Desta forma, ainda em 2019, foram realizadas duas visitas às feiras agroecológicas: a primeira para a aproximação inicial com os produtores das feiras, e a segunda para a primeira etapa de entrevistas com as mulheres feirantes. A partir de 2020, considerando as restrições de distanciamento social necessárias pela pandemia de coronavírus, as demais entrevistas foram realizadas através de dispositivos eletrônicos, como Whatsapp, e-mail, etc.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro expõe os conceitos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, bem como o panorama atual destes na América Latina e no Brasil, o que nos leva a discutir a Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável). No capítulo seguinte, discute-se o papel das mulheres na união entre o campo e a cidade através da agroecologia, bem como o significado de economia invisível, do cuidado, feminista e solidária.

Ao longo do terceiro e último capítulo do trabalho, buscamos resgatar os conceitos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, os objetivos da Agenda 2030 e a relação entre gênero e agroecologia, para analisarmos o

funcionamento das feiras agroecológicas, destacando o protagonismo das mulheres no âmbito das feiras. Neste mesmo capítulo, buscamos testar a hipótese inicial, segundo a qual a atuação protagônica das mulheres que realizam as Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A trata-se de uma ação que contribui para os ODS e promove o Desenvolvimento Rural e a Segurança Alimentar.



## 1 DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

O presente capítulo abordará os conceitos de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e seu elo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### 1.1 ECONOMIA POLÍTICA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A Revolução Industrial modificou o sistema econômico e as relações de poder vigentes na Europa até o século XVI. A consolidação do moderno sistema interestatal e do sistema capitalista modificaram as relações sociais de trabalho, a mecanização do campo contribuiu para o aumento da desigualdade social agrária, uma vez que a mão de obra humana foi sendo gradativamente substituída pelas máquinas e a divisão sexual do trabalho, herança histórica do sistema produtivo anterior ao capitalista que foi intensificada a partir do desenvolvimento do sistema capitalista (NODARI, 2018).

O trabalho origina-se para satisfazer as necessidades humanas. Este pode ser simples ou complexo; um exemplo de trabalho seria a produção de alimentos, os quais passam por inúmeras mãos antes de chegar ao seu consumidor. O pão precisa de trigo, o trigo precisa de terra, água e alguém que plante, cultive e colha, moinhos, comercialização e por fim chega às padarias e assim chega na sua casa um pão pronto para ser consumido, por exemplo, com manteiga, a qual também passa por inúmeras transformações até chegar aos consumidores. Todo esse processo é denominado de cadeia produtiva alimentar (TOMAZI, 2010).

Além do modo de produção capitalista, porém, existem outras formas de trabalho e de organização da sociedade. Segundo Marshall Sahlins, existem “sociedades de abundância” ou “sociedades do lazer”, também denominadas de sociedades tribais, nas quais seus membros têm suas necessidades materiais e sociais completamente satisfeitas, porém, dedicando o mínimo de horas diárias para isso. Um exemplo dessas sociedades seriam os ianomâmis, da Amazônia, que dedicavam pouco mais de três horas diárias às atividades produtivas (SAHLINS, 1974).

Portanto, trabalhar o necessário (o que pode ser considerado como pouco

na sociedade capitalista, de abundância) não significa miséria, mas pelo contrário, se traduz em vitalidade. Para as sociedades tribais, do lazer, a terra tem um valor cultural que dá aos seus membros os frutos necessários à sobrevivência. Em algumas sociedades, o trabalho é desenvolvido a partir de atividades penosas e torturantes, como no caso da utilização da mão de obra escrava para garantir a produção e assim suprir as necessidades da população. Ainda, em diversas sociedades, existem as classes dos artesãos e dos camponeses (TOMAZI, 2010).

Com o desenvolvimento do sistema capitalista consolidou-se o trabalho assalariado. Neste processo, houve uma ruptura na qual separou-se a casa do local de trabalho, ou seja, os trabalhadores foram separados dos seus instrumentos, ferramentas e matérias-primas de seus trabalhos. O trabalho, antes artesanal, passou a ser desenvolvido em diversas etapas diferentes e especializadas, assim, os trabalhadores perderam o controle sobre o ciclo completo de produção e, conseqüentemente, alienaram-se do valor total gerado por seu trabalho. Assim intensificou-se o processo de acumulação de riquezas nas mãos dos novos detentores dos meios de produção, a classe burguesa, responsável por controlar a produção na sociedade capitalista (MARX, 1987).

Marx (1987) descreve o processo de acumulação primitiva como o período em que grandes massas humanas foram repentina e violentamente desapropriadas de seus meios de produção (a terra, principal meio de produção do sistema feudal), sendo transformadas em trabalhadores assalariados. Assim, a acumulação primitiva é o ponto de partida do modo de produção capitalista, que marca a dissociação entre o produtor e os meios de produção, através da desapropriação forçada dos camponeses ingleses.

Na Inglaterra, entre o fim do século XV e início do XVI, a manufatura da lã levou os grandes senhores feudais à desapropriarem camponeses para transformar as terras cultiváveis em pastos para a criação de ovelhas, ignorando decretos reais que tentassem limitar a concentração de terras. No século XVI, a Reforma gerou uma nova onda de expropriação e concentração de terras nas mãos de antigos senhores feudais e burgueses (MARX, 1987).

Entre os séculos XVI e XVIII, a classe de camponeses independentes e a propriedade de tipo comunal desapareceram completamente da Inglaterra. A Restauração dos Stuarts (1660) instaurou por completo a propriedade privada

burguesa na Inglaterra, criando leis e indenizações para protegerem a propriedade de origem feudal usurpada pelos proprietários rurais. A Revolução Gloriosa (1688) gerou uma nova onda de roubo de terras em grande escala e consolidou o domínio da oligarquia inglesa, colocando de vez a burguesia capitalista, a aristocracia fundiária e a aristocracia bancária no controle do Estado inglês. A última grande onda de expropriação dos camponeses ocorreu na Escócia no século XVIII sob o nome de “*Clearing of Estates*” e expulsou a população remanescente da sociedade escocesa de clãs de suas terras (MARX, 1987).

A acumulação primitiva incorporou a terra e renda advinda desta ao sistema capitalista, gerando um exército de mão-de-obra reserva para a indústria em pleno crescimento. Este exército reserva foi formado pelo êxodo rural, processo de migração forçada dos camponeses que, sem terra e sem renda, viam-se obrigados a mudar-se do campo para a cidade em busca de emprego assalariado. Lentamente, este exército de camponeses desterrados foram sendo incorporados ao mercado de trabalho, uma vez que a oferta de empregos não acompanhava a velocidade da oferta de mão-de-obra gerada pela expropriação de terras (MARX, 1987).

Além do fornecimento de mão-de-obra para a indústria, a expropriação das terras torna possível a criação de um mercado interno, no qual os arrendatários (donos das terras recém-expropriadas) vendiam os meios de subsistência como matérias-primas para a indústria, além de comercializar mercadorias para o consumo dos trabalhadores, que antes viviam de sua própria produção advinda da terra. Embora a indústria manufatureira dê o início a este longo processo de expropriação, é a grande indústria e seus maquinários que corta de vez os laços entre a agricultura e a indústria doméstica do campo e intensifica a expropriação dos camponeses (MARX, 1987).

Desta forma, o sistema capitalista sustenta-se na transformação da terra em propriedade privada, que implica na consequente desapropriação do trabalhador rural, agora dissociado do seu meio de produção. A partir deste processo, intensifica-se o processo de urbanização e, cada vez mais, a indústria exige maiores taxas de produtividade do campo, que fornece a alimentação da força de trabalho e os insumos necessários aos processos industriais.

O convencimento das massas de trabalhadores, agora destituídos de

seus meios de produção, perpassou em grande parte pela religião protestante. “O trabalho dignifica o homem” é uma expressão popular que sintetiza o papel do protestantismo em inculcar nas classes trabalhadoras o valor segundo o qual o trabalho, mesmo que alienante, seria o principal fator da dignidade humana. Outras instituições como os governos, as escolas, entre outros, também colaboraram historicamente para a disseminação da ética protestante (WEBER, 2004).

Weber afirma que todos estes mecanismos de institucionalização da ética protestante foram fundamentais para a sustentação do sistema capitalista. Assim, a liberdade no sistema capitalista não passa de uma mera ilusão, em outras palavras, nota-se que os trabalhadores, mesmo os “livres”, são escravos, pois não trabalham para suprir suas necessidades, mas sim para enriquecer a classe burguesa (WEBER, 2004).

Karl Marx (1987) defende que o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista contribuiu com a divisão social do trabalho, estabelecendo relações sociais de trabalho fundamentalmente desiguais. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho determinava, já na sociedade feudal, quem plantava, quem cuidava e quem desempenhava as tarefas domésticas. No capitalismo, com a formação das cidades, o aprofundamento da separação entre o rural e o urbano, também aprofundou a divisão sexual do trabalho.

Octavio Ianni (1994) afirma que todas as mudanças no mundo do trabalho são quantitativas e qualitativas e afetam a sociedade de múltiplas formas. Ele aponta que nos dias de hoje, por exemplo, com o aumento da flexibilidade e volatilidade do trabalho no mundo todo, aumentam também os fluxos migratórios em busca de trabalho. Muitas vezes, os imigrantes vivem em situação difícil, precisando trabalhar em condições precárias e desempenhando tarefas insalubres.

A partir de 1930, no Brasil como em outras partes da América Latina, expandiu-se o modelo de desenvolvimento econômico estadunidense, marcado pela crescente mercantilização da saúde, desenvolvendo o que denomina-se como a “indústria da doença”. Neste contexto, a saúde passa a ser considerada como uma mercadoria, onde o lucro aumenta concomitantemente o aumento de doenças na sociedade. O modelo de agricultura química e tecnológica empregado pelo processo de difusão deste modelo de desenvolvimento contribui

com o êxodo rural, o endividamento dos pequenos agricultores e a concentração de renda dos grandes latifundiários, além de aprofundar problemas sociais como a fome e a disseminação de novas doenças (KREFTA *et al.*, 2006).

As décadas de 1960, 1970 e 1980, no Brasil, foram marcadas pelo Regime Militar (1964-1985). Neste período, foram inúmeras as ações dos movimentos sociais urbanos e rurais, em busca de direitos trabalhistas, sociais e na construção de um país democrático (KREFTA *et al.*, 2006). Na década de 1980, o movimento “Diretas já!” levou à constituição de uma Assembléia Nacional Constituinte, a qual elaborou a Constituição Federal de 1988, a qual consolidou tanto direitos trabalhistas quanto direitos sociais, dentre eles o direito básico à saúde, plasmado na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) protegido pela lei nº 8.080, que no seu artigo 196 garante:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2016, p. 118-119).

O desenvolvimento do capitalismo levou a uma modificação da percepção humana sobre a natureza, pois sob este sistema econômico as sociedades passaram a explorar mais a natureza, para acumularem mais. Intensificaram-se, assim, as disputas por territórios e recursos naturais, e pode-se observar que até hoje a produção além do necessário para o consumo é naturalizada. A propriedade privada sobre a terra desencadeou guerras, como uma estratégia de manutenção do poder e de geração de lucro (KREFTA *et al.*, 2006).

Dentro desta lógica de produção e consumo capitalista, a mídia cumpre o papel fundamental de interferir e influenciar o consumo da sociedade, propagando um estilo de vida baseado no individualismo, no hiperconsumo e no desperdício deliberado de recursos, movido pela busca do lucro. Este estilo de vida também contribui com o distanciamento do ser humano em relação à natureza, gerando desequilíbrios e desarmonizando o meio ambiente (KREFTA *et al.*, 2006).

Ainda, a estrutura capitalista também se baseia no patriarcalismo, ou seja, no domínio e controle dos homens sobre as mulheres, sobretudo utilizando-se da violência psicológica, física e moral, para apropriar-se do valor gerado pelo

trabalho feminino. O sistema capitalista, além de se apropriar dos bens naturais, também apropria-se indevidamente da cultura e valores, entre esses a medicina natural e o conhecimento ancestral das parteiras; ao apropriar-se, promove o apagamento de culturas, as quais buscam resistir dentro deste sistema (KREFTA *et al.*, 2006).

A crise globalizada pela qual a humanidade está passando atualmente pode ser considerada uma rachadura da estrutura capitalista; tal crise se caracteriza pelos altos índices de poluição, o desequilíbrio ecológico em função do lucro das empresas transnacionais, bem como o aumento da desigualdade social (KREFTA *et al.*, 2006).

No século XX, com o aumento das cidades e das demandas industriais por insumos, iniciou-se um amplo processo de modernização da agricultura. Esse processo se desenvolveu em diversos países da América Latina, porém, aqui no Brasil ficou conhecido como “Revolução Verde”, criando espaços para as multinacionais de grandes complexos agroalimentares. Assim, a estratégia criada para solucionar o aumento da demanda de alimentos em escala global gerou problemas que, hoje, são maiores que as soluções (SILVA, 1996; DELGADO, 1985).

Os modernos complexos agroindustriais criados pela Revolução Verde estabeleceram uma relação de dependência da agricultura com a indústria de insumos e de processamentos. Ademais, a difusão internacional desse processo juntamente com um “pacote tecnológico” promovido pela ação estatal em busca de um padrão desenvolvimentista a nível mundial gerou crises que levaram ao surgimento de um fenômeno denominado como “neoextrativismo”, baseado na utilização desenfreada dos recursos naturais (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Essa mudança promoveu impactos sociopolíticos e grandes impactos ambientais como o desmatamento, alterações do ecossistema para o plantio, utilização de agrotóxicos que não só prejudicam a vida do solo, mas também podem ser nocivos à saúde humana. O desequilíbrio ecológico gerado pela Revolução Verde foi promovido pelo discurso desenvolvimentista e através do apoio de instituições como o Banco Mundial, sendo então, uma “estratégia de desenvolvimento a nível global” que tinha como objetivo principal a globalização agroalimentar, que, em sua consequência, levou a uma produção agrícola

massificada e padronizada, na qual a cada instante o mercado se faz mais exigente, pelo fato de ter muita oferta para pouca demanda; assim, desde o século XX, as *commodities* exportadas mundialmente são cada vez mais controlados por um número menor de transnacionais (SILVA, 1996; DELGADO, 1985).

A partir da Revolução Verde, perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais sem levar em consideração os riscos de produção e de preços. Os pacotes tecnológicos começaram a ser incentivados, por serem considerados sinônimos de modernidade e, ainda, foi incentivada a adoção de créditos financeiros na agricultura (DELGADO, 2001).

## 1.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

O conceito de desenvolvimento possui uma relevância central no debate da economia, especialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Quando discutimos este conceito, é importante ressaltar a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico:

O crescimento econômico diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 255).

A partir da experiência histórica do capitalismo nos países centrais, o consenso teórico criado acerca do conceito de desenvolvimento considera este como sinônimo de industrialização, portanto, como um processo técnico, de inovação e transformação produtiva, tendo como perspectiva futura a eliminação, ou pelo menos, a minimização, de problemas socioeconômicos como a pobreza, a fome e a desigualdade. A grosso modo, o desenvolvimento está baseado no crescimento salarial e de renda, no aumento de produtividade, na incorporação do processo técnico e no aumento do capital circulando na economia (OLIVEIRA, 2002; FURTADO, 2009).

A concepção hegemônica de desenvolvimento econômico pressupõe um caminho linear de desenvolvimento para todas as nações, no qual o ápice do desenvolvimento seria o modelo das economias industriais modernas, pautado

pela racionalidade produtiva, acumulação de capital e investimentos financeiros. Neste sentido, a América Latina e o mundo descolonizado estariam atrasados em seu desenvolvimento e precisariam adotar medidas desenvolvimentistas para se modernizarem. No pensamento desenvolvimentista, as economias subdesenvolvidas encontrariam uma receita pronta para se modernizarem, porém, a experiência histórica iria expor a obsolescência dessas receitas (SANTOS, 2000).

No Brasil, entre os anos de 1967 e 1973, o então Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto ficou conhecido pela frase “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo” e pelo denominado “milagre econômico” que aumentou o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, diminuiu a inflação e aumentou o poder aquisitivo da classe empresarial e da classe média. Contudo, os avanços macroeconômicos não se traduziram em maior distribuição de renda entre a massa da população brasileira; ao contrário, no mesmo período de suposto milagre, aumentaram os índices de desigualdade e aprofundou-se a pobreza (ALMEIDA, 2013).

Neste contexto, surgem as teorias acerca do subdesenvolvimento, as quais questionavam o caráter assimétrico do desenvolvimento capitalista entre os países centrais e os países periféricos. Em 1948 foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a cooperação entre os países latino-americanos e caribenhos. Porém, a comissão superou as expectativas que sustentaram sua criação, e serviu como o espaço de onde surgiria uma escola do pensamento econômico crítico latino-americano que fundamenta, até hoje, uma das mais contundentes críticas ao modelo de desenvolvimento capitalista imposto aos países periféricos.

Celso Furtado (2009) argumenta que o subdesenvolvimento é o subproduto do desenvolvimento. O capitalismo estruturou-se, historicamente, de forma a gerar países desenvolvidos e subdesenvolvidos; portanto, o subdesenvolvimento não seria uma etapa antes do desenvolvimento, mas sim um resultado do modo como o sistema capitalista foi estruturado. A Revolução Industrial haveria condicionado o desenvolvimento econômico mundial, separando os países em três grupos diferentes: o primeiro grupo seria o dos países da Europa Ocidental, que industrializaram-se ainda nos séculos XVIII e

XIX; um segundo grupo de países com características semelhantes aos países europeus, como Austrália, Canadá e Estados Unidos, que se industrializaram nos séculos XIX e XX; e, finalmente, um terceiro grupo, o dos países dependentes, cujo processo de expansão do capitalismo gerou o fenômeno do subdesenvolvimento.

Segundo Ricardo Bielschowsky (1996, p. 139)., citando Celso Furtado:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, (...) a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comporta-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo

Portanto, nos países subdesenvolvidos, a expansão do capitalismo sobre estruturas arcaicas e/ou pré-capitalistas geraram o seu subdesenvolvimento estrutural. Segundo Cueva, assentar um Estado sobre a base capitalista onde os processos produtivos integram uma sociedade coesa é diferente de assentar um Estado sobre uma sociedade pré-capitalista, com “regionalismos” e “localismos” e ausência de um mercado interno coeso e operacional. Assim, o pré-capitalismo seria uma característica exclusiva das formações sociais dependentes latino-americanas, caracterizado pela desmonetização, baixa produtividade média (proveniente da monocultura), trabalho “livre” não-assalariado e uma oligarquia agrária dominante (CUEVA, 1977).

As independências latino-americanas coincidiram com a maturidade do capitalismo europeu, enquanto na América Latina não haviam reservas de capitais e nem mesmo as bases estruturais do capitalismo. No início do século XIX, predominava na região uma economia rural dispersa, controlada por coronéis locais, e assim desenvolveu-se a estruturação do capitalismo dependente. A intervenção estrangeira, apoiada e guiada em boa parte pelas elites nacionais, também foi um fator desestabilizante da política latino-americana após as independências. Em suma, os Estados europeus se consolidam com o capitalismo concorrencial comercial, enquanto os Estados latino-americanos se consolidam sobre as bases do imperialismo monopolista (fases diferentes do desenvolvimento capitalista) (CUEVA, 1977).

Para Celso Furtado, a industrialização pautada pela substituição de importações é o principal caminho para superar o subdesenvolvimento. A

substituição de importações é um processo no qual os países dependentes subverteriam sua dependência da exportação de produtos primários passando a importar cada vez mais bens de capital, ou seja, maquinários; com o impulso estatal, esse processo culminaria finalmente na industrialização da economia e, conseqüentemente, na modificação do modelo produtivo. Contudo, para gerar desenvolvimento, esse processo de industrialização precisaria ser fomentado pelo mercado interno e basear-se em um critério social, promovendo além de crescimento econômico, bem-estar social, cidadania e integração nacional (FURTADO, 2009).

Assim, uma vez apresentado o conceito de desenvolvimento, partiremos para a discussão do Desenvolvimento Rural. Este, desde uma perspectiva multidimensional, engloba as esferas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, dando prioridade às áreas mais pobres não alcançadas pelo processo de modernização. A área surge da necessidade de políticas públicas para remediar efeitos socioeconômicos como a pobreza e a fome. Especialmente a partir da década de 1990, o Desenvolvimento Rural passou a ganhar espaço na sociedade civil e na academia, impulsionado por movimentos sociais e organizações não governamentais (PLOEG *et al.*, 2000).

O Desenvolvimento Rural pode ser compreendido como um conjunto de práticas e ações voltadas ao objetivo da redução da pobreza em áreas rurais. Para tal, o Desenvolvimento Rural pauta-se no incentivo à participação dos agentes sociais presentes nas áreas rurais em processos decisórios referentes à produção agrícola, para que estes próprios agentes possam, de forma autônoma e consciente, definir e controlar a gestão de seus recursos (ELLIS, 2001).

Ainda, o conceito de Desenvolvimento Rural surge de debates e disputas sociopolíticas, e seus múltiplos níveis de análise estão atrelados aos problemas que surgem do modelo de produção agrícola vigente, denominado como “produtivista”. Assim, o Desenvolvimento Rural apoia-se (1) na crescente relação da agricultura com a sociedade, (2) na necessidade urgente de superação do modelo agrícola vigente, (3) na necessidade de redefinição das relações entre indivíduos, famílias e suas identidades, com ênfase à pluriatividade, (4) em um novo sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais, (5) na necessidade de novas políticas públicas para o campo que não estejam

exclusivamente voltadas à agricultura e, por fim, (6) no uso sustentável dos recursos disponíveis (PLOEG *et al.*, 2000).

A década de 1960 é considerada como um período de modernização da produção agrícola, enquanto que a década de 1970 é classificada como um período de intervenção do Estado no campo. Já a década de 1980 está comumente relacionada a um período de liberalização do mercado que expandiu a produção agrícola, e da década de 1990 em diante, a produção agrícola passou a contar cada vez mais com a participação ativa e empoderamento de diversos atores sociais. Contudo, cabe ressaltar que essa é uma classificação genérica e não corresponde fielmente aos processos de transformação no campo (ELLIS; BIGGS, 2005).

Após a Segunda Guerra Mundial, entrou em curso um processo de revolução técnica da produção agrícola, originalmente desenvolvido nos Estados Unidos, país onde houve uma expressiva melhora na produtividade agrícola. Após isso, o processo se expandiu para países em desenvolvimento, como Brasil, México e Índia. Este processo esteve ligado ao argumento malthusiano segundo o qual os recursos naturais disponíveis (incluindo os alimentos) não estariam acompanhando o crescimento populacional mundial e, assim, seria necessário ampliar a produção de alimentos para suprir a demanda. Desta forma, a Revolução Verde introduziu o uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura, visando alcançar maior produtividade (SERRA *et al.*, 2016).

Ploeg (2008) aponta que este processo levou a uma gradativa industrialização do campo. Essa industrialização gerou uma desconexão entre a produção e o consumo de alimentos, uma vez que a industrialização do campo leva os produtores agrícolas a cada vez mais produzirem visando gerar excedentes para venda e/ou exportação. Isto faz com que os alimentos sejam cada vez mais artificiais e menos naturais; menos produzidos e processados, e mais projetados. É neste contexto que:

O processo atual de industrialização da produção e consumo de alimentos se expressa e é impulsionado por uma agenda bem definida. Os elementos-chave dessa agenda são a globalização, a liberalização, uma distribuição de OGMs de pleno direito e a afirmação de que o mundo nunca teve alimentos mais seguros à sua disposição como agora (PLOEG, 2008, p. 22).

Assim, o desenvolvimento tecnológico da agricultura a partir da segunda metade do século XX, pautado pelos princípios da globalização e liberalização comercial, aumentou consideravelmente a produtividade das atividades agropecuárias. Contudo, esse processo apresenta impactos significativos às relações sociais do campo e pela forma como a incorporação dessas tecnologias ocorreu, foram geradas consequências sociais e impactos sobre o meio rural que são negativos (PAULUS; SCHLINDWEIN, 2001).

A partir da Revolução Verde, surgiram novas formas de organização da produção agrícola, os chamados complexos agroindustriais, que multiplicaram-se pelo Brasil entre os anos 1970 e 1980:

As grandes cooperativas e as agroindústrias convencionais operam, a partir dos anos 1970, em redes verticais de produção integrada, nas quais houve participação direta da pequena produção. No início dos anos 1990, devido à abertura comercial, ampliou-se a internacionalização do mercado dos produtos agropecuários. Essa nova conjuntura agravou a exclusão de um contingente de produtores familiares. Deste modo, um número expressivo de agricultores teve que procurar novos caminhos, desenvolvendo estratégias para terem acesso a atividades estáveis e rentáveis (AMORIM; STADUTO, 2008, p. 16).

Por esta razão, o desenvolvimento rural possui em seu escopo de análise o papel dos pequenos produtores dentro da produção agrícola e, de forma mais específica, o papel das pequenas produtoras dentro da divisão sexual do trabalho no campo, como agentes proativos na construção da sustentabilidade ambiental, com a capacidade de participarem ativamente em espaços de tomada de decisão, visando contribuir para temas como o desenvolvimento da agricultura familiar, o desenvolvimento rural (indivíduos) e agrícola (produtos), novas políticas públicas, fortalecimento da agenda de proteção ambiental e questões de gênero e raça (UNILA, 2014).

A Agricultura Familiar está baseada em pequenas propriedades que têm como foco principal a produção de subsistência, ou seja, produção para o autoconsumo, e cujos excedentes produtivos são vendidos, formando circuitos curtos. Geralmente, as pequenas propriedades estão localizadas nas próprias regiões onde seus excedentes são comercializados, sendo, portanto, através da agricultura familiar que ocorre o abastecimento de mercados locais e de feiras agroecológicas com diversos produtos *in natura*<sup>1</sup> e alguns pré-processados,

---

<sup>1</sup> Locução latina que significa “in natureza” ou “da mesma natureza”. É utilizada para descrever

como leite, ovos, frangos caipiras, frutas, legumes, pães, bolos, compotas artesanais, entre outros (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017).

### 1.3 SEGURANÇA ALIMENTAR

São inúmeras as definições do conceito de Segurança Alimentar, por se tratar de um conceito em constante discussão e evolução:

Segundo a definição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a Segurança Alimentar diz respeito ao "direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (TORREZAN, 2020, s/p).

No Brasil, a expressão "segurança alimentar" tem acrescentado a si o adjetivo "nutricional". Isto se deve ao fato de que, no Brasil, este conceito foi desenvolvido sob o enfoque do desenvolvimento socioeconômico e da promoção da saúde através da nutrição. Assim, no Brasil, adota-se o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), representando a perspectiva intersetorial sob a qual este conceito foi desenvolvido em nossa sociedade (MALUF, 2011).

De acordo com Renato Maluf, a SAN é o objetivo de ações e políticas públicas que estão voltadas à defesa do direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar. Ações e políticas públicas pautadas por esses princípios baseiam-se na intersetorialidade. Por isso, esse enfoque diferencia-se dos usos correntes da segurança alimentar por governos, organismos internacionais e empresas vinculadas às grandes corporações e ao agronegócio (MALUF, 2011).

O tema da SAN é um dos mais pautados nas principais agendas de estratégias para o desenvolvimento, tal como na Agenda 2030. Ao analisar as questões sobre a alimentação, notou-se a sua relevância e o quanto se faz necessária a devida gestão dos bens alimentares, pois a sua falta ou escassez pode até mesmo levar à ocorrência de mortes (MALUF, 2011). Conforme Maluf afirma:

Pode-se dizer que grande parte do sofrimento pelo qual passam  
os alimentos de origem vegetal ou animal que são consumidos em seu estado natural.

parcelas significativas da população mundial está relacionada a questões alimentares e nutricionais, seja pela ausência do alimento, seja por sua má qualidade, seja por condições de vida e de saúde que impedem seu aproveitamento adequado (MALUF, 2011, p. 10).

As estatísticas demonstram o crescente número de famintos e desnutridos no Brasil e no mundo, especialmente em regiões mais pobres como a África, partes da Ásia e da América Latina, mas também em países desenvolvidos. Em 2019, aproximadamente 690 milhões de pessoas vivem em situação de fome. Em 2018, o número era de 820 milhões de pessoas, em 2017 foram 811 milhões e desde 2016 este número vem aumentando (FAO *et al.*, 2020).

Os dados mais recentes, embora pareçam indicar uma diminuição no número total de famintos no mundo, apresentam discrepâncias por conta dos dados apresentados pela China; contudo, a FAO afirma que a fome vem crescendo mundialmente há pelo menos 4 anos. No Brasil, 37,5 milhões de pessoas viviam uma situação de insegurança alimentar moderada entre 2014 e 2016 e, entre 2017 e 2019, esse número chegou a 43,1 milhões de pessoas (FAO *et al.*, 2020).

Até 1970, havia um consenso segundo o qual a questão alimentar estaria ligada somente à capacidade de produção de alimentos. Na 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO em 1974, os estoques mundiais de alimentos estavam baixíssimos, o que ajudou a indústria química a impulsionar a Revolução Verde. Defendia-se que a fome e a desnutrição poderiam ser erradicadas através do aumento da produção alimentar; por sua vez, a produção alimentar poderia ser ampliada através do emprego de fertilizantes e agrotóxicos. Todavia, a produção mundial foi recuperada ainda nos anos de 1970, mas a fome e a desnutrição não foram erradicadas (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

É neste contexto que começa a se perceber que, mais do que a oferta, a capacidade de acesso aos alimentos por parte dos povos em todo o planeta mostra-se como a questão crucial para a Segurança Alimentar. Claro está que fatores ligados à capacidade de produção também podem ser causadores de agudas crises de insegurança alimentar, como as situações de guerra e conseqüente destruturação da capacidade de produção, como tem ocorrido em diversos países da África. Ou a situação de bloqueio econômico, sofrida geralmente por países que se recusam a se submeter às políticas das grandes potências econômicas e militares. Ou em situações de catástrofes naturais, em que a agricultura e a distribuição de alimentos nos países

atingidos é, parcial ou totalmente, destruída (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 2).

Além da importância do acesso aos alimentos, o qual deve ser feito regularmente, a Segurança Alimentar e Nutricional abrange, ainda, a qualidade dos alimentos consumidos, a qual perpassa aspectos sociais, ambientais e culturais, considerando os alimentos desde sua produção e comercialização até chegar ao consumidor final. É importante, para a SAN, que os alimentos tenham qualidade assegurada em termos microbiológicos, físicos, químicos e sensoriais. Um alimento é considerado seguro quando apresenta ausência ou baixa concentração de constituintes que apresentem risco à saúde (TORREZAN, 2020).

Para garantir melhores condições alimentares e nutricionais, além do acesso e da qualidade dos alimentos, outros aspectos precisam ser considerados. Um exemplo é o respeito aos hábitos culturais alimentares de diferentes populações, respeitando o aspecto cultural incutido em preferências alimentares de comunidades locais, bem como suas tradições referentes ao preparo e consumo. Ademais, é crucial assegurar a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, que as capacidades de produção, distribuição e consumo sustentem-se a longo prazo (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

A SAN é um direito de todos os cidadãos, desta forma, o Estado deve promover ações e políticas que combatam a fome e a desnutrição.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, firmado em 1966 e ratificado pelo Brasil, estabelece “o direito de todos a usufruir de um padrão de vida adequado para si mesmo e sua família, incluindo moradia, vestuário e alimentação, e a melhoria contínua das condições da vida (MALUF, 2011, p. 20).

A Segurança Alimentar e Nutricional é não apenas um direito dos cidadãos, como um eixo estratégico de desenvolvimento. A incorporação da Segurança Alimentar e Nutricional entre os princípios que regem as decisões estratégicas de um país impulsiona processos políticos, sociais e econômicos, gerando uma combinação de resultados econômicos com maiores níveis de equidade social, responsabilidade com a sustentabilidade ambiental e maior valorização cultural a nível societário (MALUF, 2011).

Os processos de desenvolvimento econômico mostram-se diretamente interligados às questões alimentares e influenciam os níveis de equidade social.

Entende-se por desenvolvimento econômico o processo paulatino pelo qual a vida, em uma determinada sociedade, é sustentavelmente melhorada. Os fins e os meios pelos quais esta sociedade atinge o desenvolvimento, é determinado por ela própria (MALUF, 2011).

A pobreza é um dos principais fatores responsáveis pela insegurança alimentar. A falta de renda afeta diretamente o acesso à alimentação adequada de forma regular, gerando problemas como a fome e a desnutrição. Por esta razão as políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar devem apoiar estratégias de desenvolvimento para erradicar o problema a médio e longo prazos, e estratégias de transferência de renda e alimentos a curto prazo, para remediar os problemas gerados pela pobreza (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

As ações e políticas públicas voltadas à SAN criadas no Brasil têm como objetivo amenizar os efeitos causados pela privação dos alimentos e nutrientes. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) é o resultado de diversas conquistas na área de SAN no Brasil, como resultado da luta de diversos movimentos sociais nas últimas décadas. Entretanto, a sociedade brasileira ainda encontra diversos desafios históricos à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, como o respeito a hábitos alimentares culturais de populações tradicionais, o problema da geração de trabalho e renda, a reforma agrária e a produção agroecológica de alimentos (CONTI, 2009).

A SAN é frequentemente confundida com as questões de Soberania Alimentar. Contudo, a Soberania Alimentar foi definida com o apoio dos movimentos sociais nos anos 1990, sendo conceituada da seguinte maneira:

Soberania Alimentar é o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...] A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001, s/p).

Portanto, a Soberania Alimentar pode ser compreendida como um caminho para o estabelecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que ela se baseia na autonomia dos povos para definirem seus hábitos e

políticas referentes à produção, distribuição e consumo de alimentos. A SAN, a sua vez, é um estágio no qual cidadãos acessam alimentos de qualidade com regularidade, e atingem um estado nutricional satisfatório para sua reprodução social.

#### 1.4 DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Atualmente, podemos observar um acelerado processo de urbanização em países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que, nacional e internacionalmente, crescem os fluxos migratórios, especialmente de jovens e homens, elementos que também estão presentes na América Latina e Caribe e que nos ajudam a entender a ruralidade da região no século XXI. Diante destas dinâmicas, a população rural gradativamente diminui ao mesmo tempo que é cada vez mais envelhecida. Em 1950 a população rural da América Latina representava 58% da população total, e hoje constitui cerca de 20% da população total latino-americana (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

Ao mesmo tempo, as pessoas com mais de 65 anos, que representavam 3,2% da população rural em 1950, hoje representam 7,4% desta população. Em toda a América Latina, a maior parte da receita gerada é proveniente do trabalho e nas áreas rurais os salários e outras remunerações do trabalho continuam sendo a principal fonte de ingressos. Por essa razão, o desenvolvimento das áreas rurais depende profundamente da dinâmica produtiva e do mercado de trabalho (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

A América Latina é a região mais desigual do mundo. Uma das dimensões desta desigualdade é a lacuna de desenvolvimento existente entre áreas urbanas e rurais, cujo resultado é a maior incidência de pobreza entre moradores de áreas rurais, especialmente crianças, adolescentes, jovens, indígenas, mulheres em idade de trabalho e pessoas com menor nível educacional (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

Embora o número de pequenos produtores agrícolas com baixa produtividade represente mais do que 90% das fazendas agropecuárias da região, estes concentram apenas 23% das terras agrícolas da América Latina. Ademais, trabalhadores agrícolas que se dedicam à agricultura familiar têm o

nível mais baixo de renda entre as diferentes categorias laborais das zonas rurais (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

De acordo com o último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, em 2017, cujos resultados foram publicados em 2019, 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil são classificados como agricultura familiar, o que representa cerca de 3,9 milhões de estabelecimentos (IBGE, 2019).

Ademais, as pessoas que trabalham com agricultura familiar representam 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuário no país, o equivalente a 10,1 milhões de pessoas. A produção total desses agricultores chega a R\$107 bilhões, ou 23% de toda a produção agropecuária brasileira. Contudo, os estabelecimentos que operam sob a agricultura familiar possuem apenas 80,9 milhões de hectares, o que corresponde a apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil. No estado do Paraná, menos de 25% da área ocupada para atividades agrícolas é de produção familiar (IBGE, 2019).

Além dos aspectos do desenvolvimento rural na América Latina e no Brasil, nesta seção também nos interessa discutir o tema da segurança alimentar a nível regional e a nível nacional. Em todo o mundo, após diversas décadas de avanços no combate à fome e à desnutrição, o número de pessoas subnutridas aumentou para 821 milhões entre 2017 e 2019. A FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, aponta que as principais razões para esse aumento são as mudanças climáticas, os conflitos na África e no Oriente Médio e a desaceleração econômica mundial (FAO, 2019).

Ao mesmo tempo, outras formas de desnutrição também têm aumentado nos últimos anos, como o sobrepeso e a obesidade, os quais afetam quase quatro em cada dez adultos do mundo, atingindo tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento. Ademais, 1,5 bilhão de pessoas são afetadas pela deficiência de micronutrientes (FAO, 2019).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a América Latina tem avançado na erradicação da fome e da desnutrição nas últimas décadas, com uma redução considerável no número de crianças desnutridas em toda a região. Contudo, embora a região possua um excedente de oferta de alimentos para consumo humano, em 2017 estima-se que 10,2% da população latino-americana não possuía renda suficiente para

suprir suas necessidades nutricionais mínimas, 12,2% das crianças menores de cinco anos possuíam desnutrição crônica, 3,8% sofriam de desnutrição global e ainda 1,6% de desnutrição aguda. Ademais, neste mesmo ano, 6,8% das crianças menores de cinco anos da região possuíam sobrepeso ou obesidade (CEPAL, 2021).

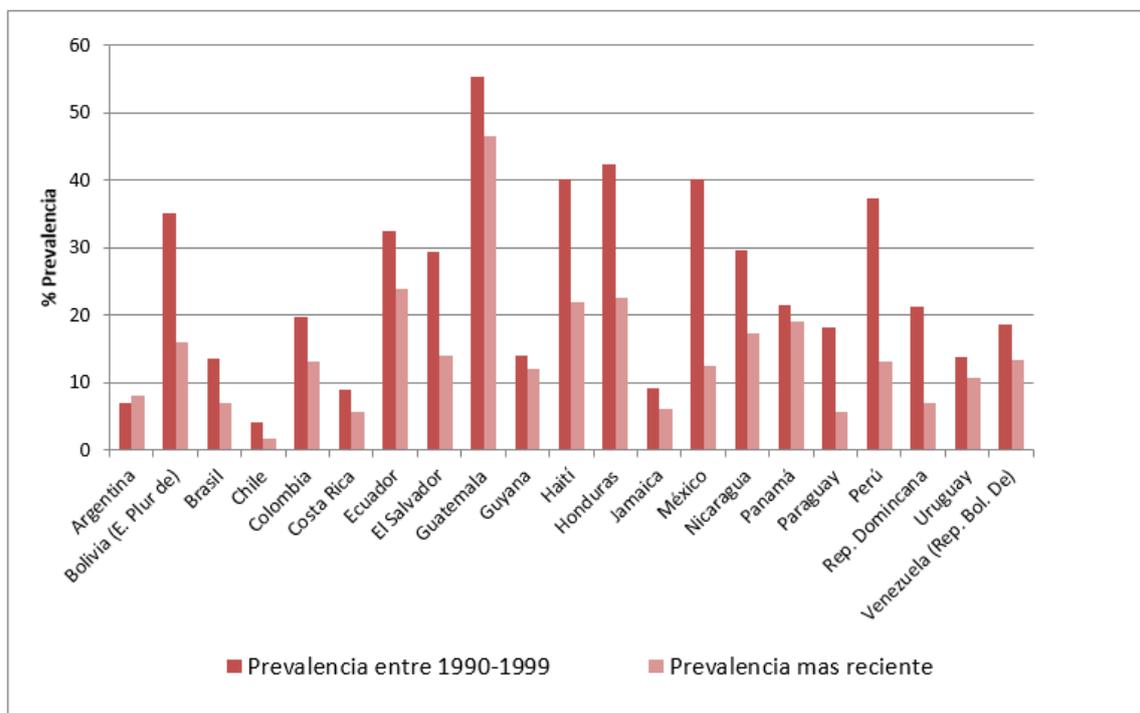
A desnutrição é um grande obstáculo para a superação da pobreza na América Latina, devido ao impacto direto que ela possui sobre a saúde, a educação e a condição socioeconômica dos indivíduos. Fatores como mudanças demográficas, fluxos migratórios, mudanças de hábitos e padrões de consumo, intensificação do processo de urbanização, bem como os efeitos das mudanças climáticas globais são alguns dos elementos contemporâneos que aumentam os riscos de insegurança alimentar e nutricional das populações (CEPAL, 2021).

Além disso, problemas ambientais, a pobreza, a desigualdade socioeconômica, instabilidades de ordem político-institucional, são elementos que, quando combinados, podem influenciar a quantidade, a qualidade e a capacidade de absorção da ingestão de alimentos e, portanto, estão associados ao surgimento da desnutrição como problema de Saúde Pública (MARTÍNEZ; FERNÁNDEZ, 2007).

Os efeitos negativos da desnutrição abrangem diversas dimensões, principalmente a saúde (pelas doenças que pode acarretar), a educação (a desnutrição afeta negativamente o processo de aprendizagem) e a economia (principalmente pelo seu impacto na produtividade). Como resultado disso, a desnutrição está relacionada com problemas de inserção social e ao aprofundamento da pobreza, o que gera um círculo vicioso de aumento da vulnerabilidade social e níveis de desnutrição da população (MARTÍNEZ; FERNÁNDEZ, 2007).

O gráfico abaixo representa a prevalência da desnutrição crônica em países da América Latina entre 1990 e 1999 e entre 2005 e 2016:

**Gráfico 1. Prevalência da desnutrição crônica em países da América Latina entre 1990 e 1999 e entre 2005 e 2016**



Fonte: CEPAL, 2021.

De acordo com um relatório conjunto entre CEPAL e FAO, intitulado “Como evitar que a crise da COVID-19 se transforme em uma crise alimentar: Ações urgentes contra a fome na América Latina e no Caribe”, o qual foi publicado em 16 de junho de 2020, a crise desencadeada pela pandemia da covid-19 poderia colocar mais 16 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza na América Latina e Caribe, totalizando 83,4 milhões (CEPAL; FAO, 2020).

O aumento da pobreza teria um impacto direto na Segurança Alimentar e Nutricional de latino-americanos e caribenhos. Entre 2016 e 2018 já havia 53,7 milhões de pessoas em grave insegurança alimentar na região, e todas as prospecções apontam para o aumento desse número durante a pandemia. A crise já afeta significativamente os sistemas alimentares, uma vez que trabalhadores se encontram em situação de vulnerabilidade e os preços dos alimentos subiram mais que os preços de outros produtos da cesta básica, o que dificulta o acesso regular a alimentos em quantidade suficiente e com a qualidade nutricional mínima necessária (CEPAL; FAO, 2020).

Desta forma, o relatório apresenta a sugestão de medidas para prevenir o agravamento do problema da fome na região, como, por exemplo: apoiar as iniciativas de assistência alimentar das organizações da sociedade civil; prestar apoio financeiro para as empresas agropecuárias, especialmente para a agricultura familiar; garantir os recursos necessários para os agricultores e pescadores artesanais, entre outras (CEPAL; FAO, 2020).

No Brasil, o IBGE aponta que 10,3 milhões de pessoas viviam em domicílios com insegurança alimentar grave (em que houve privação severa de alimentos) em 2017-2018. De acordo com os dados do instituto, 36,7% dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil contavam com algum grau de insegurança alimentar no mesmo período, atingindo 84,9 milhões de pessoas. O nível de segurança alimentar no país atingiu seu patamar mais baixo entre 2017 e 2018, caindo para apenas 63,3% (CABRAL, 2020).

Além disso, estima-se que nos anos de 2017 e 2018 metade das crianças menores de cinco anos do país, o que corresponde a 6,5 milhões de crianças nessa faixa etária, viviam em domicílios com algum grau de insegurança alimentar, enquanto mais da metade dos domicílios constatados com insegurança alimentar grave eram chefiados por mulheres (CABRAL, 2020).

## 1.5 O ELO ENTRE DESENVOLVIMENTO RURAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E A AGENDA 2030

Entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, mais de 150 líderes mundiais, reunidos na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, adotaram formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável: a agenda 2030, a qual está formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que devem ser implementados por todos os países-membros da ONU até o ano de 2030 (ONU, 2015).

A agenda surgiu através de um relatório divulgado em 2014 pela ONU e seu objetivo inicial era incentivar as nações, instituições e indivíduos, unificando-os em prol de um mundo mais sustentável. Para a ONU o desenvolvimento sustentável “procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (PORTAL EDUCAÇÃO, 2021, s/p).

**Figura 1. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: ONU, 2015.

Os 17 objetivos estão listados a seguir:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015, s/p).

De acordo com a página oficial da ONU, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do

Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas. Eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015, s/p).

Neste sentido, para os fins deste trabalho, nos aprofundaremos especialmente nos objetivos 2 e 3, os quais dialogam diretamente com o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, e também no objetivo 5, o qual está relacionado ao papel desempenhado pelas mulheres no campo. Assim, relacionaremos estes objetivos com o trabalho desempenhado pelas mulheres pluriativas nas Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A.

O objetivo número 2 baseia-se no fato de que, apesar da proporção de pessoas subnutridas em regiões em desenvolvimento ter caído de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014-2016, ainda hoje, aproximadamente uma em cada nove pessoas no mundo enfrenta a subnutrição, e a desnutrição é a causa de 45% das mortes de crianças abaixo dos cinco anos de idade no mundo. Ademais, a agricultura emprega 40% da população global atual, e é a principal fonte de renda para famílias pobres do meio rural. Na maior parte dos países em desenvolvimento, pequenas fazendas chegam a suprir até 80% da comida consumida pelo total da população. Portanto, o investimento em pequenos agricultores é fundamental para ampliar a segurança alimentar e nutricional tanto para as populações socioeconomicamente vulneráveis quanto para garantir o abastecimento dos mercados locais e globais (ONU, 2015).

A sua vez, o objetivo número 3 relaciona-se diretamente com o objetivo 2, uma vez que a segurança alimentar e nutricional é fundamental para assegurar a saúde do maior número de pessoas. A desnutrição está associada a perda de peso, crescimento deficiente, danos da mucosa, alterações no metabolismo, baixa da imunidade (a qual acarreta diversas doenças) entre outros. Ainda, como já foi mencionado, a desnutrição é a principal causa da morte de crianças abaixo de cinco anos de idade em todo o mundo, além de ser também “um potente estimulador do estresse e causa aumento nos níveis e na ação catabólica do cortisol” (SAWAYA, 2006, p. 153).

Por fim, como veremos a partir do próximo capítulo, o objetivo 5, voltado

à promoção da igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e meninas, está intimamente ligado ao papel desempenhado pelas mulheres na produção agrícola. As mulheres são parte fundamental da força de trabalho no campo, como afirma Carneiro:

As mulheres sempre desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do território rural. Sua importância não se limita à participação nas atividades agrícolas ou não agrícolas, mas está intimamente ligada aos costumes, tradições e valores (CARNEIRO, 2001, p. 01).

Entretanto, apesar da relevância das mulheres para a reprodução social do campo, em 2011, as mulheres ocupavam apenas 5,1% dos 27,1% de empregos permanentes gerados pela agropecuária no Brasil, e 6,1% dos 72,9% dos empregos temporários. Quanto ao trabalho não remunerado, 30,7% das mulheres camponesas trabalhavam sem expectativa de pagamento monetário, enquanto apenas 11,1% de homens encontravam-se nesta situação (ALVES; SELL; CASTRO, 2018).

Portanto, a gritante desigualdade trabalhista entre homens e mulheres do campo, especificamente no Brasil, deixa evidente que a igualdade de gênero perpassa, necessariamente, pela condição social da mulher camponesa e suas condições de trabalho e vida. Em seguida, aprofundaremos os aspectos que condicionam o papel social imposto a essas mulheres.

Alguns dos pontos positivos da Agenda 2030 são: (I) a reflexão sobre o que é desenvolvimento (àquele que considera o todo e não somente as classes ou setores); (II) incentivo ao comprometimento de todos os países, não importando seu grau de desenvolvimento econômico; (III) o envolvimento de instituições e governos em causas importantes; (IV) atenção ao meio ambiente, servindo como base para protocolos e acordos, como é o caso do Acordo de Paris; (V) inclusão do desenvolvimento de 3 setores: social, econômico e ambiental (ALVES, 2018).

Por outro lado, também possui pontos que não são positivos: (I) discute problemas e soluções e espera que instituições e pessoas executem; (II) se apresenta como algo co-criado com a sociedade civil, mas não teve expressiva participação desta em sua elaboração; (II) tem objetivos com pontos subjetivos, tal qual “realização pessoal”. Alguns destes pontos dificultam, justamente, o cumprimento da Agenda 2030 (ALVES, 2018).

Para atingir os objetivos da Agenda 2030, é importante avançar na compreensão de que, a partir da perspectiva territorial, tanto o rural quanto o urbano são espaços que convivem e se impactam reciprocamente. A maioria dos sistemas agroalimentares são desenvolvidos no campo rural, onde podem se desenvolver novos sistemas de gestão dos recursos naturais, que sejam mais sustentáveis. Desta forma, o desenvolvimento deve ser abordado a partir das suas dimensões econômica, social e ambiental, visando eliminar a dicotomia entre o urbano e o rural e propor alternativas de crescimento econômico que estejam atreladas ao desenvolvimento social e inclusivo das áreas rurais e urbanas (CEPAL; FAO; IICA, 2019).



## 2 DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO

Neste capítulo, buscamos explorar a relação entre trabalho feminino e a agroecologia. Partimos do pressuposto de que as mulheres realizam uma grande contribuição para a promoção da agricultura sustentável e que, em geral, existe um amplo movimento pelo qual mulheres camponesas buscam, através da agroecologia, desenvolverem sua autonomia socioeconômica.

Segundo Melucci (1989), a ação coletiva é uma interação entre recursos, objetivos e obstáculos, a qual serve de base para a construção de movimentos sociais. Desta forma, “os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites” (MELUCCI, 1989, p. 52). Ainda, os movimentos sociais são “uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação” (*idem*, p. 57).

Um dos principais movimento sociais surgidos no século XX foi o movimento de mulheres, denominado como “movimento feminista”. Os aspectos organizacionais do feminismo se baseiam na igualdade, equidade, a luta contra a discriminação, em favor da distribuição igualitária no mercado econômico e político, a busca pela cidadania e autonomia do corpo, alma, mente e a independência financeira de mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Enquanto teoria crítica, o feminismo reconhece que a realidade é estruturada a partir de relações desiguais de gênero, nas quais mulheres são socialmente dominadas por homens. Tal realidade é uma construção histórica e social, ao mesmo tempo que é uma ordem simbólica. Desta forma, o feminismo parte da constatação da existência de uma estrutura que divide homens e mulheres de forma hierárquica: o patriarcado. A partir disto, denuncia essa estrutura e busca alterá-la (SILIPRANDI, 2009).

### 2.1 AGROECOLOGIA E TRABALHO FEMININO

A agricultura convencional se baseia em práticas como a monocultura, o

cultivo intensivo do solo, controle químico de pragas, aplicação de fertilizantes inorgânicos e manipulação genética de plantas. Tais práticas não levam em consideração a dinâmica ecológica dos agroecossistemas<sup>2</sup>, pois trata a produção de alimentos desde a lógica dos processos industriais: as plantas passam a ser compreendidas como mini fábricas, e toda a lógica da produção está voltada a aumentar a sua eficiência produtiva (PACHECO, 2002).

Como consequência desse modelo produtivo, diversos problemas ambientais são acarretados: destruição de paisagens e ecossistemas, erosão dos solos, poluição e diminuição de reservas de água etc. Ainda, o processo de industrialização da agricultura, com a introdução dos transgênicos, também impacta a vida microbiana do solo. Além dos seus impactos ambientais, este processo possui consequências sociais, pois:

[...] esse modelo desestrutura a diversidade dos sistemas de produção que asseguram a reprodução social dos vários segmentos de camponeses e a biodiversidade agrícola; concentra terra; provoca a migração e gera problemas de saúde tanto para o produtor como para o consumidor (PACHECO, 2002, p. 2).

No caminho contrário ao trilhado pela agricultura convencional, há diversos movimentos sociais, organizações socioambientais, pesquisadores e extensionistas etc., que defendem um modelo de produção agrícola sustentável, pautado pelos princípios da agroecologia. Neste modelo, vários fatores são combinados para garantir que a produção tenha um impacto ambiental e social menos nocivo que o modelo vigente na agroindústria: minimização dos efeitos negativos sobre o meio ambiente; preservação e recomposição da fertilidade, a partir da prevenção da erosão do solo, reciclando seus nutrientes; evitar o desperdício de água; utilização de recursos que já façam parte do agroecossistema, substituindo insumos externos por ciclagem de nutrientes, conservação e conhecimento ecológico; conservação da diversidade biológica (PACHECO, 2002).

---

<sup>2</sup> “O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema modificado pela ação humana por meio das atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão) onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original” (SILIPRANDI, 2009, p. 109).

Conforme Pacheco:

As influências sobre o pensamento agroecológico, conforme nos diz Altieri (1989), estão ancoradas nas ciências agrícolas, no movimento ambientalista, na ecologia, nos estudos sobre desenvolvimento e nas pesquisas e estudos antropológicos com suas etnografias e análises sobre a lógica das práticas agrícolas dos povos indígenas e camponeses (PACHECO, 2002, p. 3).

De acordo com os seus principais teóricos, a agroecologia é um conjunto de disciplinas científicas, a partir das quais se pode analisar e atuar sobre os agroecossistemas, visando a implementação de uma forma mais sustentável de se fazer agricultura. Para Hecht (2002, p. 26), a agroecologia “é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção”.

A agroecologia busca soluções para as degradações causadas pela industrialização da agricultura. Neste caminho, ela aplica uma perspectiva transdisciplinar, valorizando o "diálogo de saberes" entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Por essa razão, uma das principais contribuições da agroecologia é a defesa do protagonismo de produtores agrícolas, camponeses e indígenas como os principais agentes de um novo padrão de desenvolvimento rural (SILIPRANDI, 2009).

Contudo, mesmo nas sociedades camponesas que se baseiam nos princípios da agroecologia, o patriarcalismo é muito forte. A reprodução social no espaço rural se baseia na família patriarcal, a qual é profundamente hierarquizada desde a perspectiva de gênero. Existe, desta forma, uma rígida divisão de papéis, tarefas e espaços entre homens e mulheres no âmbito rural. O homem se encarrega do trabalho na terra e nas tarefas comerciais, enquanto a mulher se encarrega da responsabilidade dos cuidados domésticos (casa e filhos), cria os animais e mantém as hortas familiares (ALIER, 2004; PERROT, 2012).

Pacheco faz uma sistematização de contribuições que abordam o conceito de “relações sociais de gênero”, que fazem uma explicação teórica sobre a opressão das mulheres:

O conceito explica as identidades e papéis masculino e feminino como construção histórica e social, sujeita, portanto, à mudança. Essa construção tem uma base material e não apenas ideológica, que se expressa na divisão sexual do trabalho. As relações de gênero são hierárquicas e de poder dos homens sobre as mulheres; através dessas relações começamos a apreender o mundo. As relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais; os mundos do trabalho, da cultura e da política se organizam a partir dos papéis masculinos e femininos. Gênero contribui para superar as dicotomias entre produção e reprodução, entre privado e público e mostra como mulheres e homens estão ao mesmo tempo em todas essas esferas. A análise de gênero deve ser indissociada das análises de classe, raça, idade, vida urbana ou rural e momento histórico (PACHECO, 2002, p. 4).

Quando transpomos as análises de gênero para o estudo do campo, ficam evidentes a subordinação e subvalorização do trabalho feminino, tanto em suas atividades produtivas quanto reprodutivas. Quanto buscamos explicar o campesinato e sua reprodução social, as relações entre homens e mulheres no âmbito familiar e a constituição da família são tão relevantes quanto as relações de classe (DEERE; LÉON, 2003).

Em todo o Brasil, o trabalho na agricultura e no agroextrativismo geralmente é visto como uma atividade masculina, o que invisibiliza o trabalho de mulheres que desenvolvem inúmeras atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada. Enquanto as atividades de homens são compreendidas como trabalho, as atividades de mulheres são consideradas uma “ajuda”, até quando desenvolvem as mesmas atividades que os homens. Em grande medida, o trabalho feminino é definido como “ajuda” porque se considera que o trabalho da mulher é “leve”, enquanto o homem faz o trabalho “pesado” (PAULILO, 1987).

A desvalorização do trabalho feminino, a qual é produto de relações de poder complexas, produz um acesso desigual entre homens e mulheres à propriedade da terra, assim como à educação, à participação na força de trabalho e à renda. Conseqüentemente, as mulheres têm menor participação na direção de organizações e possuem acesso mais restrito aos serviços de saúde básica (MARQUEZ; ETORENA, 2006).

Entretanto, a marginalização econômica das mulheres não as impede de participarem das tarefas produtivas, mas serve para garantir a exploração do seu trabalho dentro das relações capitalistas de trabalho. A exploração do trabalho feminino coloca as mulheres em uma situação de pobreza que não lhes deixa

opção a não ser participarem de um modo de produção que lhes concede condições desiguais de trabalho e reprodução social. Ainda, as desigualdades entre homens e mulheres no mundo do trabalho é aprofundada pelo paradigma econômico vigente, o qual ignora a divisão sexual do trabalho e o trabalho reprodutivo não-pago, o que torna a maior parte do trabalho feminino invisível (PACHECO, 2002).

É possível estabelecer elos entre os debates sobre as relações sociais de gênero e a sustentabilidade. No debate sobre a sustentabilidade:

desenvolveu-se a compreensão de que os modelos sociais de apropriação do mundo material — dimensão do que se tem correntemente chamado de modelo de desenvolvimento — articulam simultaneamente formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade, formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais, e formas culturais, que encerram valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas. Desta maneira, a sustentabilidade tende a ser entendida como o processo pelo qual as sociedades administram as condições materiais de sua reprodução, redefinindo os princípios éticos e sociopolíticos que orientam a distribuição de seus recursos ambientais (ACSELRAD; LEROY, 1999, p. 28).

Tanto as perspectivas das relações sociais de gênero quanto as da sustentabilidade estão contra uma visão produtivista e economicista. Por um lado, a crítica ao capitalismo feita pelo pensamento feminista argumenta que o desenvolvimento sustentável deve considerar as dimensões sociais e de gênero, visando uma distribuição justa dos recursos entre homens e mulheres e a valoração econômica adequada do trabalho feminino para garantir a sustentabilidade do meio ambiente. Por outro lado, a defesa da sustentabilidade perpassa novas relações entre a sociedade e a base material de sua existência, questionando a exploração de classe e as injustiças social e ambiental (PACHECO, 2002).

Em 2004, durante um seminário nacional que reuniu mulheres rurais, do campo agroecológico e organizações feministas para refletir sobre feminismo e Agroecologia, foi criado o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA). O GT adota a seguinte estratégia: incorporação do debate de gênero em todas as instâncias organizativas da ANA e intervenção nos espaços de formulação de políticas públicas voltadas às mulheres presentes nos diferentes contextos

socioambientais do país (CARDOSO; RODRIGUES, 2009). Segundo Elisabeth Maria Cardoso e Vanessa Schottz Rodrigues:

O GT se afirma como um espaço de auto-organização das mulheres dentro da ANA, assumindo que é necessário mobilizá-las e articulá-las para atuarem efetivamente diante das desigualdades de gênero na sociedade e da situação de exclusão nos debates e na esfera política. A incorporação da perspectiva de gênero na ANA e a divulgação das reflexões e experiências das mulheres é, para o GT, condição indispensável para que seja dada visibilidade ao papel fundamental desempenhado por elas na construção da Agroecologia (CARDOSO; RODRIGUES, 2009, p. 12-13).

Em todo o país, percebe-se que, embora a maioria das experiências com agroecologia seja protagonizada por homens, muitas são marcadas por uma importante participação de mulheres. A maioria dos estudos sobre agroecologia no Brasil, contudo, ao ressaltarem os elementos familiares das experiências agroecológicas, não problematizam as relações de poder e os papéis de gênero exercidos por cada membro da família, inviabilizando, assim, o trabalho feminino na construção da Agroecologia (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Frente a esta defasagem, o GT Mulheres da ANA trabalha para garantir espaços específicos para a auto-organização das mulheres da agroecologia. Para tal, buscam sistematizar experiências protagonizadas pelas agricultoras, camponesas, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, entre outras, visando explicitar os pontos comuns entre a perspectiva de construção da transição agroecológica as ações locais desenvolvidas por essas mulheres. O princípio norteador para o trabalho do GT é a noção de que “as mulheres vão se reconhecer na medida em que falam da sua própria história, do seu protagonismo. (Rose, agricultora e membro do Pólo Sindical da Borborema, Paraíba)” (CARDOSO; RODRIGUES, 2009, p. 13).

O desenvolvimento da agroecologia sempre contou com o protagonismo das mulheres, tanto para a produção e comercialização de alimentos ecológicos, como na geração e disseminação de conhecimentos para a promoção da agroecologia. As mulheres tendem a fazer leituras diferenciadas da agricultura, gerando alternativas produtivas e econômicas que frequentemente são motivadas por questões ligadas à reprodução da vida. Porém, as relações desiguais de gênero relegam os saberes e experiências femininos à

invisibilidade (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009).

Geralmente, a produção feminina no âmbito da agroecologia não é reconhecida por pesquisadores, extensionistas, educadores ou as próprias famílias dessas mulheres, razão pela qual suas ideias e necessidades são constantemente negligenciadas nos processos de desenvolvimento rural. Para a agroecologia se tornar uma referência para o desenvolvimento rural sustentável, é necessário realizar um esforço de reconhecimento das contribuições femininas ao campo e das barreiras que são impostas à participação das mulheres nesse âmbito (AGUIAR; SILIPRANDI; PACHECO, 2009).

## 2.2 ECONOMIA FEMINISTA, MULHERES CAMPONESAS E PLURIATIVIDADE

A Economia Feminista faz parte do pensamento feminista, sendo uma corrente dentro do campo da teoria econômica, no qual vem se consolidando desde os anos 1990. Tal corrente se baseia na crítica à não-incorporação das mulheres na economia, bem como a invisibilização de seu trabalho e de sua ação econômica (NOBRE *et al.*, 2014). Ainda:

Um dos processos identificados pela teoria feminista no pensamento patriarcal é a criação de falsas dicotomias em todo o campo social: entre cultura e natureza, público e privado, trabalho produtivo e reprodutivo. Além da separação entre esses elementos, há uma hierarquia e uma atribuição de papéis a homens e mulheres (NOBRE *et al.*, 2014, p. 11).

A Economia Feminista pode ser considerada como uma alternativa de reprodução social dentro do modelo econômico vigente, a qual ressalta a contribuição feita através do trabalho feminino na geração de riqueza e bem estar social. O sistema capitalista, baseado em uma lógica monetarista, segundo a qual apenas atividades passíveis de remuneração possuem valor social, desvaloriza ampla parte do trabalho historicamente associado à força de trabalho feminina, como por exemplo o cuidado dos filhos, do ambiente doméstico, da horta, dos animais, as trocas de produtos artesanais e a difusão de conhecimento empírico (FERNANDES, 2008).

As iniciativas de desenvolvimento econômico e social ao longo do século

XX reforçaram a tradicional divisão sexual do trabalho, historicamente marcada pela visão do trabalho feminino como um mero complemento da renda familiar. Assim, o trabalho feminino ficou muitas vezes invisível, ou então foi colocado em segundo lugar dentro do processo produtivo. Tal visão colocou a mulher à margem dos programas de desenvolvimento (FERNANDES, 2008).

Ainda, apesar da sua baixa valorização, os trabalhos rotineiros desempenhados por mulheres em sua função de cuidadores familiares, acarretam em cansaço e desgaste físico e emocional, além de outros problemas de saúde que são despercebidos pela sociedade e, conseqüentemente, pelas políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para as questões trabalhistas (FERNANDES, 2008).

Segundo Simmel, o dinheiro na modernidade, é fundamental para a realização da individualidade e da liberdade, sendo responsável por aumentar a sensação de independência dos indivíduos. Assim, o empoderamento econômico feminino, levando em consideração fatores como renda, crédito para financiamento, patrimônio próprio, entre outros fatores, é um pré-requisito para que as mulheres possam se emancipar e melhorarem suas condições de vida e contribuïrem ativamente nos processos decisórios tanto no ambiente doméstico (esfera privada) quanto no ambiente social mais amplo (esfera pública) (SIMMEL, 1998).

Segundo a CEPAL, em relatório publicado no ano de 2017, a autonomia socioeconômica das mulheres é um requisito necessário e imprescindível para alcançar uma verdadeira igualdade de gênero na América Latina e no Caribe (CEPAL, 2017).

Os sistemas alimentares locais, responsáveis por proporcionar a base para nutrição, renda e cultura de inúmeras pessoas de todo o mundo, são estabelecidos primeiramente no âmbito familiar e depois se expandem por bairros, municípios e regiões. Tais sistemas formam uma rede de organizações locais que atuam na produção, armazenamento e distribuição de alimentos. Dentro dos sistemas alimentares locais, as mulheres são a maioria da força de trabalho, gerando contribuições significativas para a segurança alimentar e a

economia local (PIMBERT, 2009).

Em todo o mundo, as mulheres são quase metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores fundamentais para a sustentabilidade de diversos sistemas alimentares, especialmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, são responsáveis por cerca de metade da produção de alimentos, mas são a maioria das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza no mundo. No Brasil, muitas mulheres do campo não têm reconhecida a sua condição de agricultoras familiares, camponesas ou trabalhadoras rurais, além de não serem as proprietárias na maioria das terras onde vivem e trabalham (PACHECO, 2009).

Na América Latina e Caribe, a desigualdade de gênero pode ser observada a partir de diversos indicadores, dentre os quais a propriedade dos recursos produtivos, como a terra, é um dos mais gritantes por ser persistentemente desfavorável para as mulheres rurais, o que limita sua autonomia produtiva e acesso a recursos. Também no trabalho assalariado, a participação das mulheres camponesas é minoritária: as trabalhadoras do setor agropecuário destinam a maior parte do seu tempo ao trabalho não-remunerado quando colocadas em comparação ao conjunto de mulheres trabalhadoras. Um dos fatores que dificultam o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho é o analfabetismo e as baixas taxas de escolaridade (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

A transformação da sociedade é uma tarefa árdua, porém uma alternativa advinda de movimentos sociais é a construção de espaços de coletividade, visando a promoção de espaços sociais que não perpetuem a violência contra a mulher. A geração de renda é um dos pilares que operam como alicerce para a construção destes espaços, pois garante a autonomia, a independência e a liberdade feminina dentro do sistema capitalista (ANA, 2018).

A conjuntura política atual encontra-se defasada e demonstra ser visível a necessidade de debates e discussões quando se trata de equidade de gênero, a qual só pode ser obtida a partir de um esforço político e social para:

Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade,

em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2019, s/p).

A partir do controle sobre a própria renda, mulheres podem assumir o comando de processos de tomada de decisões que definem sua condição socioeconômica. Através disto, o protagonismo e a autonomia feminina, elementos que contribuem para uma maior igualdade de gênero, são fomentados. Neste sentido, mulheres têm buscado sua independência financeira a partir da pluriatividade.

A partir do século XX os debates sobre a dualidade entre campo e cidade, ou entre rural e urbano, gerou diferentes linhas de pensamento sobre o tema: uma das principais vertentes defendia o fim do camponês e do mundo rural, por motivo da implementação hegemônica do processo produtivista, e a urbanização seria então algo natural e inevitável no processo de modernização da sociedade (CARNEIRO, 1998).

Contudo, ao invés de ocorrer um esvaziamento social, econômico e cultural do campo, no caso da França, por exemplo, pôde-se notar um “renascimento rural”. Da mesma forma, no Brasil, o processo de homogeneização entre campo e cidade foi falho, e o retorno ao rural/campo esteve em alta nas últimas décadas, porém, as atividades econômicas do campo já não ficam voltadas apenas ao agrícola mas sim baseiam-se na pluriatividade (KAYSER, 1990).

Outros pensadores desse debate sustentam, a sua vez, o declínio das áreas urbanas e o crescente dinamismo das áreas rurais. Ao observarem a modernização da agricultura e da sociedade, tais pensadores observaram a diminuição dos postos de trabalho nas cidades e a criação de atividades não agrícolas nos territórios rurais. No Brasil, onde cerca de 2 terços da população é considerada urbana, a maioria dos habitantes dos pequenos municípios estão na área rural. Ainda, a população rural brasileira aumentou consideravelmente entre 1960 e 1990, com taxas de crescimento anual de 1,1% ao ano, próximo ao crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano) (CARNEIRO, 1998).

Em meio a este processo todo o destaque fica aos pequenos agricultores pluriativos, caracterizados pela combinação das atividades agrícolas e não agrícolas, adotando estratégias que transformam a realidade e as condições de

vida e garantem sua permanência dentro do espaço rural. Dentre as diversas atividades não agrícolas estão o turismo rural, a manutenção de pousadas e áreas de lazer no campo, entre outras, etc, que geram novas ocupações laborais e incentivam os jovens a permanecerem na área rural. Com a modernização da agricultura e da sociedade houve como consequência uma evasão rural, como consequência da queda dos preços dos produtos agrícolas. Portanto, uma das saídas da população rural brasileira veio através da pluriatividade (TEIXEIRA, 1998).

Desta forma, o meio rural tem se complexificado e os trabalhadores rurais têm acompanhado tal complexificação diversificando suas fontes de renda e trabalho. Como afirma Carneiro, em relação à dicotomia entre campo e cidade:

[...] não se trata mais de reconhecer as diferenças entre os “ de fora” e os “ de dentro”. As combinações possíveis são muito mais diversas que isso, não só em termos da origem social dos atores sociais, mas também de suas posições em relação ao território: há aqueles que moram no lugar, mas trabalham fora, os que trabalham no lugar e moram fora (os técnicos responsáveis pelos projetos de desenvolvimento rural, por exemplo), os que moram e trabalham no lugar, os que passeiam etc. (CARNEIRO, 1998, p. 32).

A ruralidade tornou-se nas últimas décadas um fenômeno dinâmico em constante reestruturação cultural e incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Assim, a pluriatividade é a prática de diversas atividades remuneradas e não-remuneradas, ligadas a setores econômicos diferentes, pela mesma pessoa. Esta vem sendo desenvolvida pelas agricultoras familiares desde os anos 1970, no mesmo momento histórico em que a Revolução Verde se desenvolveu. A pluriatividade está associada às atividades não agrícolas, abrangendo a diversidade social e espacial e tem estado presente nos espaços periurbanos, localizados nas periferias das cidades, onde normalmente ocorre o encontro da cidade com o campo e há geração de renda, ou seja, é gerada economia local e regional.

As mulheres do espaço rural, periurbano ou urbano do município, se mostram satisfeitas com suas atividades dentro do espaço competitivo. Plantam, colhem, prestam serviços, operam equipamentos, produzem diversos outros serviços de forma que lhes trazem satisfação e vontade de estar cada vez mais incluídas dentro do espaço de produção e reprodução rural. Com parcela ainda reduzida dentro dos limites do município, a mulher se destaca pela preocupação com o meio ambiente e a saúde (SANTOS, 2018, p. 13).

A saída da mulher do âmbito doméstico (esfera privada) para o mercado de trabalho (esfera pública) formou parte de um processo mais amplo de valorização do trabalho assalariado, o qual em grandes cidades está geralmente atrelado ao setor industrial, em detrimento da desvalorização do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, o chamado “trabalho invisível”, que se trata do trabalho não-remunerado realizado por mulheres em seu âmbito privado e que sustenta todo o processo produtivo capitalista (ANMC, 2007).

As mulheres pluriativas realizam dupla e até mesmo triplas jornadas de trabalho, tanto dentro de casa com as tarefas de limpeza, cuidados com a família, filhos, os animais e hortas - surgindo assim a economia do cuidado - como também com a fabricação de geleias, bolos, pães (panificação) e artesanatos e, em alguns casos, há trabalhadoras que possuem trabalhos assalariados formais, fora do âmbito doméstico. Assim caracteriza-se a pluriatividade das mulheres (ANMC, 2015).

A jornada de trabalho das mulheres pluriativas contribui com parte significativa da renda familiar e, em muitos casos, é a principal fonte de renda familiar. Porém, esta jornada de trabalho e o valor por ela produzido é invisibilizado, por isso a denominação “trabalho invisível” ao que se refere ao trabalho doméstico e de cuidado: por não ser remunerado, é um trabalho pouco valorizado, ocultando a função que este cumpre na sustentação do trabalho remunerado desempenhado pelos demais membros da família (ANMC, 2015).

A valorização do trabalho feminino, compreendendo-o também como uma fonte de geração de riquezas, é imprescindível para o avanço no combate à desigualdade de gênero. Ainda hoje existem mulheres que dependem da permissão dos seus parceiros para desempenharem atividades remuneradas e, neste sentido, a economia do cuidado deve ser valorizada para promover maior autonomia econômica destas mulheres (ANMC, 2007).

Ademais, a valorização do trabalho feminino não-remunerado é um importante passo para as mulheres trabalhadoras assumirem seu papel como sujeitos autônomos. O sistema capitalista, uma estrutura fundamentalmente patriarcal e machista, apropria-se do trabalho não-remunerado e depende dele

para se sustentar. O trabalho do cuidado e o trabalho doméstico geram renda invisível, da qual os empregadores apropriam-se indevidamente: sem mulheres para gerar, dar à luz, criar, educar e alimentar a força de trabalho, não existe produção no sistema capitalista (FERNANDES, 2008).

No Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) fortalece o protagonismo das mulheres camponesas, agroecológicas e feministas. Através desta, a mecanização da agricultura, promovida pela Revolução Verde, vem sendo duramente criticada em favor da preservação do meio ambiente. O processo de modernização do campo trouxe consequências como a perda da biodiversidade e a autonomia dos agricultores que começaram a depender ainda mais de insumos externos, como os maquinários que passaram a ser empregados na produção agrícola, gerando endividamento das famílias camponesas e intensificando o processo de êxodo rural. Como alternativa a esta mecanização forçada, as agricultoras promovem a proteção de sementes crioulas<sup>3</sup>, das plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais (PANCs)<sup>4</sup>, enquanto a grande agroindústria prioriza as sementes híbridas (ANMC, 2015). Segundo Laetícia Jalil:

O MMC é fruto de uma luta política que envolve as mulheres camponesas desde a década de 1970 e faz parte dos processos de questionamento às estruturas patriarcais e capitalistas fortemente presentes no meio rural brasileiro. Está organizado em quase todo o Brasil, atuando em articulação com diversos movimentos sociais, de mulheres e mistos, rurais e urbanos, de atuação nacional e internacional, sendo o único movimento feminista que compõe a Via Campesina no Brasil. Como tal, reafirma o modelo de agricultura camponesa na luta pela preservação da terra e da vida, a partir da autoorganização das mulheres (JALIL, 2009, p. 9).

A organização das trabalhadoras camponesas contribui para a criação de espaços como Feiras Agroecológicas, onde essas mulheres fortalecem sua autonomia, pois passam a controlar os processos de tomada de decisão necessários para sua produção agrícola e organizam-se de maneira horizontal e

---

<sup>3</sup> “Sementes crioulas são aquelas tradicionais, ou seja, que foram mantidas e selecionadas por várias décadas através dos agricultores tradicionais do mundo todo e que não possuem restrição para a sua multiplicação” (EPAGRI, 2020, s/p).

<sup>4</sup> “As PANCs costumam ser cultivadas somente por pequenos produtores e em escala doméstica. Elas abrangem desde plantas nativas e pouco usuais até exóticas e silvestres com uso alimentício direto e indireto como verduras, hortaliças, frutas, castanhas, óleos, féculas cereais e até mesmo condimentos e corantes naturais” (PIÁ, 2021, s/p).

igualitária, mantendo a avaliação permanente dos seus avanços. Através da pluriatividade exercida pelas mulheres tanto dentro quanto fora de suas casas, estas alcançam sua independência financeira (ANMC, 2015).

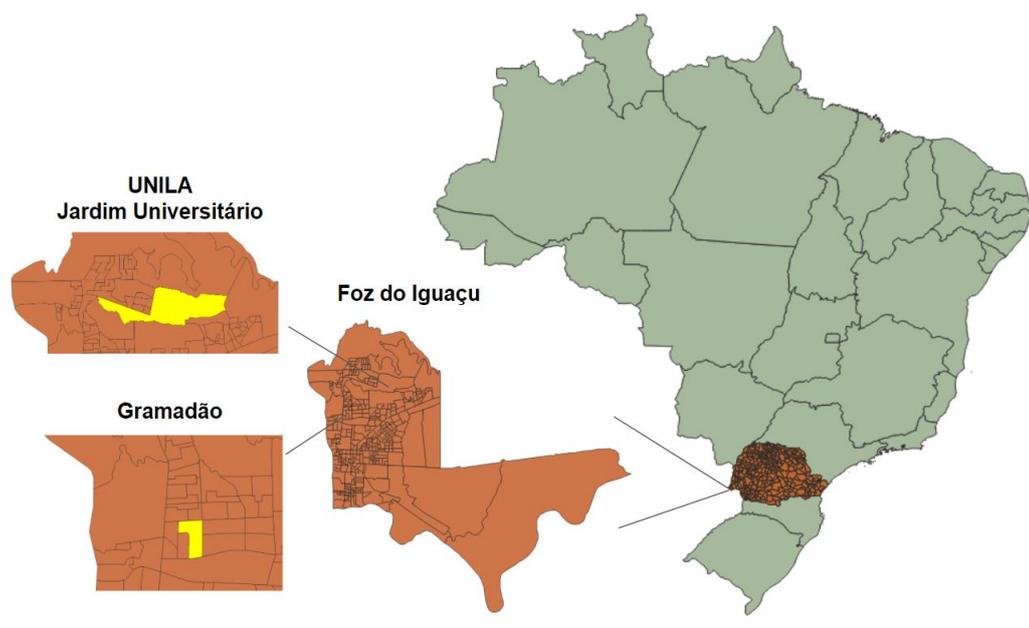
Segundo o Movimento de Mulheres Camponesas, o processo agroecológico serve como base e estrutura para a atuação de mulheres, sendo mais do que uma alternativa produtiva dentro do sistema capitalista, mas uma maneira de se viver em maior harmonia com a natureza e, portanto, se constitui como um estilo de vida, que atinge a esfera produtiva bem como outras esferas da vida em sociedade (ANMC, 2015).



### 3 MULHERES E FEIRAS AGROECOLÓGICAS

Neste capítulo temos o objetivo de analisar o protagonismo das mulheres pluriativas que unem campo e cidade, seus limites, desafios e perspectivas futuras, a partir do funcionamento da Feira Agroecológica do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A, realizadas na cidade de Foz do Iguaçu, PR. Buscamos investigar até que ponto a atuação protagônica destas mulheres contribuem para a promoção do Desenvolvimento Rural e da Segurança Alimentar, especialmente através dos objetivos da Agenda 2030 que dialogam com estes dois. O estudo descrito neste capítulo está dividido em duas etapas: a primeira presencial, que contou com duas entrevistas, e a segunda feita via internet, devido às restrições impostas pela pandemia de coronavírus. A primeira etapa foi realizada no município de Foz do Iguaçu, Paraná, em duas localidades: Campus Jardim Universitário da Universidade Federal da Integração Latino-Americana e Gramadão - Vila A, conforme a figura 2 demonstra:

**Figura 2. Locais de realização da primeira etapa do estudo**



Fonte: Elaborado por Giovanna Costa Diniz Gomes com dados do IBGE (2021).

A pesquisa etapa da entrevista, realizada presencialmente, contou com duas visitas aos locais escolhidos, realizadas ainda em 2019. A primeira visita

contou com uma abordagem exploratória, visando a aproximação entre pesquisadora e produtores que trabalham nas feiras. A segunda visita esteve voltada às mulheres e seu protagonismo no âmbito das feiras agroecológicas. Nestas duas visitas, algumas das estratégias de aproximação utilizadas foram as de rodas de conversas, brincadeiras temáticas e atividades participativas. A partir de 2020, considerando as restrições de distanciamento social necessárias pela pandemia de coronavírus, entrou em curso a segunda fase da pesquisa, feita virtualmente. Assim, as demais entrevistas foram realizadas através de dispositivos eletrônicos, como WhatsApp, e-mail, etc.

### 3.1 MULHERES NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS DO JARDIM UNIVERSITÁRIO (UNILA) E VILAA

Apesar das vitórias alcançadas pelos movimentos femininos através de lutas históricas, no cotidiano das mulheres camponesas muitos destes avanços sociais são pouco sentidos, pois estas mulheres, “por estarem mais presas às estruturas familiares tradicionais, com menor acesso à educação, saúde, ao crédito e aos espaços de tomada decisão, tiveram sua realidade pouco alterada” (APACO, 2014, s/p).

Os jovens nascidos no ambiente rural não têm suas realidades alteradas por grande parte das mudanças sociais e conquista de direitos e, por esse motivo, resolvem migrar às cidades em busca de novas oportunidades. Neste caso, as mulheres que estão constantemente sobrecarregadas pela sua carga de trabalho no campo, representam a maior porção dos jovens que migram do campo para a cidade todos os anos, deixando assim em evidência o fenômeno de masculinização do campo. A falta de oportunidades para exercer atividades produtivas e/ou profissionais que garantam a sua independência econômica e social é um dos maiores motivos para a imigração (APACO, 2014).

Neste sentido, este trabalho busca analisar o emprego da economia solidária como um meio para a emancipação financeira de mulheres camponesas. Podemos considerar a economia solidária como um modelo econômico baseado no trabalho coletivo, que apresenta uma forma inovadora e criativa de produzir, vender, comprar e trocar, visando suprir necessidades básicas da sobrevivência humana (PRONATEC, 2014).

A horizontalidade serve como um alicerce fundamental para o segmento deste modelo de economia alternativa, no qual não existem categorias como patrão e empregado, pois o trabalho é realizado a partir de forma coletiva e colaborativa, onde todos os trabalhadores decidem em conjunto e os bônus e ônus são divididos igualmente entre os envolvidos na produção (ANMC, 2007).

Através do princípio da inclusão social, na economia solidária, a forma de produção, consumo e distribuição de riquezas prioriza a satisfação das necessidades humanas (e não a acumulação de capital). Cooperativas e associações de trabalhadores operam sob a mesma lógica associativista e/ou cooperativista, promovendo a economia solidária.

Para Singer, a solidariedade na economia:

Só pode ser realizada se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contratos entre desiguais. Na cooperativa de produção, o princípio da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de votos em todas as decisões (SINGER, 2002, p. 1).

Neste sentido, as feiras agroecológicas fazem parte de um “mercado alternativo” conhecido como circuito curto e resistente ao do “mercado convencional”, portanto, estão enquadradas nas cadeias produtivas curtas agroalimentares (CC), “processos e fenômenos que estão ocorrendo no sul global, especialmente em países como o Brasil” (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 11). Acrescentam:

Expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor em construir novas formas de interação entre produção e consumo, mediante o resgate da procedência e da identidade dos produtos, assentada não apenas em critérios de preço, mas também em valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais. (...) dimensão central das economias de proximidade e de escopo que refere ao papel da geografia e da interação entre espaço e atividade econômica (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2017, p. 11).

Nota-se, no município de Foz do Iguaçu, Paraná, o aumento de feiras agroecológicas e a demanda por espaços alternativos de comercialização de produtos agrícolas. A cidade é conhecida pelos seus atrativos turísticos, tais como as Cataratas do Iguaçu, Usina Binacional de Itaipu, Parque das Aves, Zoológico do Bosque Guarani, Marco das 3 Fronteiras e as cidades fronteiriças, Puerto Iguazú e Ciudad del Este, além de contar com inúmeras feiras livres

espalhadas por toda parte. As feiras estão sendo organizadas para que ocorram em horários e datas distintas, reunindo agricultores familiares, artesãos, distintas apresentações artísticas e toda a diversificação culinária encontrada na tríplice fronteira.

As organizações transnacionais cumprem um papel fundamental dentro da globalização, compreendida enquanto um processo de internacionalização de um modo de produção específico, que surge no centro e chega até a periferia do sistema capitalista. Dentre algumas das principais empresas transnacionais do setor agroindustrial estão a Bunge (Holanda), Cargill (Estados Unidos), Archer Daniels Midland Company - ADM (Estados Unidos) e a Louis Dreyfus Coinbra (França/Suíça), empresas capazes de interligar ou conectar espaços geograficamente distintos e distantes através de sua atuação (FRIDLAND, 1984; BONANNO, 1999).

Na América Latina, a produção agrícola está prioritariamente voltada ao mercado externo, ou seja, o objetivo geral da produção promovida pelo campo é a exportação, dando prioridade a venda para mercados internacionais enquanto o mercado interno é abastecido pelos produtos que não são exportados. O mercado interno brasileiro é abastecido, majoritariamente, pelos pequenos agricultores e agricultoras familiares, organizados no âmbito das feiras agroecológicas, entre outros (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019).

Segundo Niederle (2009), o modo de produção capitalista é obrigado a coexistir com experiências inovadoras que podem surgir de dinâmicas de desenvolvimento mais endógenas e territorializadas do que as dinâmicas capitalistas globalizadas. Estas dinâmicas alternativas à dinâmica capitalista se consolidam a partir da disseminação de diversos mercados alternativos aos mercados centrais, contendo especialidades de nicho, orgânicos, artesanais e solidários. Assim, os mercados alternativos:

São vistos a partir do âmbito local e da relação direta entre compradores e vendedores na lógica de cadeias curtas com capacidade de re-socializar e re-espacializar os alimentos (*local foods* e *folk foods*). São mercados particularistas baseados em nichos ou especificidades. Ademais, são vistos como construções enraizadas (*embedded*) em relações socioculturais particulares e que fazem da ligação com localidade, tradição, origem, natureza ou modo de produção seus maiores apelos comerciais (NIEDERLE, 2009, p. 7-8).

Ao comparar o mercado alternativo ao mercado principal, é perceptível a inviabilidade deste sem o protagonismo das mulheres no seu desenvolvimento. A entrevistada Aparecida Suárez afirma: “A mulher faz parte da agricultura familiar, em casa era só uma ajudante, hoje em dia é mais reconhecida”. Desde o início da história a domesticação das plantas e animais pequenos estão sob o controle e os cuidados das mulheres e durante os séculos XX e XXI o conhecimento e a auto-organização de técnicas agroecológicas vem sendo aprimorada por mulheres, servindo como meios de fortalecimento, empoderamento, autonomia e atuação feminina nas esferas política, social e econômica (ANMC, 2007).

A agroecologia, descrita por aqueles que a praticam, é mais do que um sistema de produção alternativo, é um estilo de vida. As entrevistadas concordam em dizer “o quintal é o meu lazer, é dele que eu retiro o meu autoconsumo e o que sobra levo nas feiras”. Fernanda, aluna da Unila, fala que “agroecologia é uma relação mais próxima com a natureza (...) não usar veneno, ter preocupação com o solo e a biodiversidade daquele espaço”.

A agroecologia contribui com que as mulheres encontrem um caminho para a autonomia econômica alternativo ao imposto pelo sistema capitalista, marcado pela divisão sexual do trabalho. A agricultura promove a criação de redes entre mulheres produtoras, através da realização de reuniões com o objetivo de traçar estratégias para o desenvolvimento mais sustentável possível, tais como: maneiras de cativar o cliente (amigo), com o qual estabelece uma relação mais pessoal do que em relações de cliente-consumidor tradicionais, gerando reciprocidade entre agricultoras/produtoras e consumidores, além de promover a segurança e a soberania alimentar com a diversificação dos alimentos a um custo menor do que o dos mercados tradicionais, e garantir a certeza de que estes produtos não contêm agrotóxicos (SILVA *et al.*, 2017).

A desigualdade entre homens e mulheres é uma herança do sistema feudal que permanece vigente no sistema capitalista. Na agricultura familiar, a mulher é a responsável pela pluriatividade, ou seja, realizam atividades de reprodução e produção, gerando economia do cuidado, feminista e solidária, a qual é invisibilizada pela desigualdade de gênero, sendo considerada

coadjuvante em relação ao trabalho assalariado, uma vez que a função desempenhada por essas mulheres é considerada leve em comparação ao trabalho industrial. Nos resultados obtidos pelas entrevistas observa-se que muitas mulheres não fazem o exercício de avaliar o valor do seu trabalho, tanto doméstico quanto da feira e em outras atividades (BRUMER, 2004; FILIPAK, 2012).

Uma das formas encontradas por estas mulheres para a valorização do seu trabalho é o desvencilhamento da esfera privada de produção, apostando em uma produção independente e autossustentável, na qual os processos de tomada de decisão são feitos em conjunto por estas redes de mulheres. O escoamento desta produção acontece, majoritariamente, por meio das Feiras Agroecológicas.

Estas feiras têm como objetivo principal a comercialização de alimentos produzidos por mão de obra familiar e artesanal, avizinhando quem produz e quem consome, gerando a aproximação do campo com o município, o que reforça e estimula o vínculo entre o produtor e o consumidor

As feiras agroecológicas são o resultado de um amplo processo de organização iniciado na produção agrícola, contando com a importante participação de assessores técnicos, que, junto com os camponeses, criam meios de valorização e difusão das práticas e experiências agroecológicas (ARAÚJO, 2010).

Ainda, podemos afirmar que:

O termo feira remete a uma soma de coisas peculiares, que se misturam em cores, sabores, cheiros e que, durante séculos, vem-se repetindo e se aperfeiçoando como um ritual quase que sagrado feito pelo homem. É nesse espaço que as trabalhadoras rurais têm-se situado e colocado os seus produtos (FONSECA *et al.*, 2017, p.101).

As feiras agroecológicas trazem consigo os valores ambientais, sociais, econômicos e políticos, além de proporcionar a troca de conhecimento e a criação de reciprocidade entre a clientela/amigos (consumidores) e os vendedores/amigos (produtores/feirantes/artesãos). Nas últimas décadas tem crescido uma tendência chamada de “troca de mercadorias” no sistema agroalimentar, ou seja, as trocas comerciais não estão restritas ao dinheiro vivo, portanto, se o cliente/amigo tiver algo de interesse para o vendedor/amigo, possivelmente dentro de um sistema de produção agroecológico haverá a troca

de mercadorias naturalmente (PLOEG, 2008).

A Feira Agroecológica do Jardim Universitário (UNILA) está em funcionamento desde o ano de 2016 e surgiu através do projeto de extensão “Educação popular e comunitária em áreas da reforma agrária no oeste do Paraná”, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Desde 2017 o Núcleo de Apoio aos Povos Da Terra (NAP-TERRA), projeto de extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), está orientando as feiras em seu funcionamento, nas saídas de campo e atividades culturais.

As feiras ocorrem em diferentes dias: no Campus Jardim Universitário ocorre todas as quintas-feiras e no Gramadão da Vila A ocorre nas sextas-feiras. Ambas as feiras começam a partir das 16 horas e terminam aproximadamente às 22 horas, contando com 15 feirantes consolidados que fazem ponte com os pequenos produtores rurais de municípios próximos da região oeste do Paraná, como São Miguel, Missal, Ramilândia e outros. Abaixo estão dispostas fotos das feiras sendo realizadas:

**Fotografia 1. Feirante da Vila A**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

**Fotografia 2. Feira do Jardim Universitário**



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

**Fotografia 3. Roda de leitura durante a feira do Jardim Universitário**



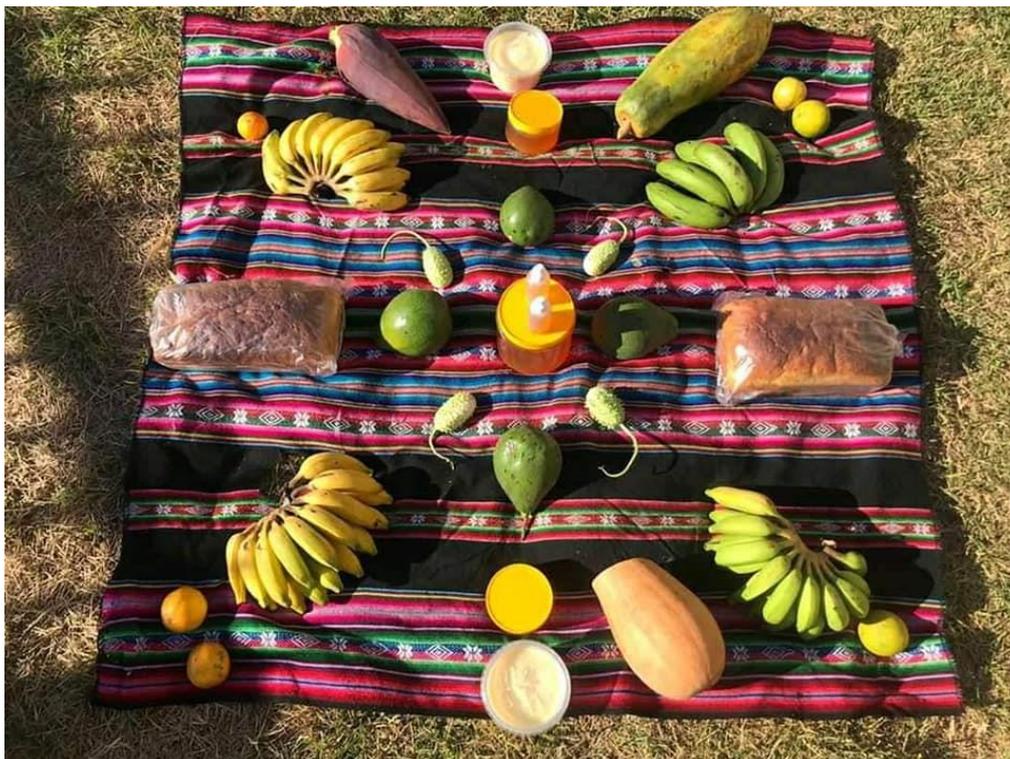
Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 4. Produtos expostos na feira do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 5. Produtos expostos na feira do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 6. Artesão na feira do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

A organização destas feiras é feita horizontalmente, baseada em princípios de reciprocidade e colaboração mútua entre os atores envolvidos para

o desenvolvimento das mesmas. O objetivo por trás da realização das feiras é: (I) fomentar a sustentabilidade ambiental e o consumo consciente por meio da comercialização de produtos agroecológicos; (II) gerar uma economia solidária, baseada em atividades econômicas de produção, distribuição e consumo que sejam autogestadas; (III) promover a cultura e a integração entre campo e cidade. Além dos produtores e produtoras fixos de ambas as feiras, também fazem parte das feiras participantes externos, desde que sua produção seja realizada sob os princípios da sustentabilidade e agroecologia.

### **Fotografia 7. Atividades culturais na feira do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

### Fotografia 8. Atividades culturais na feira do Jardim Universitário



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

A identificação da satisfação do(a) consumidor(a) e produtor(a) e da qualidade de vida proporcionada através da feira leva em consideração inúmeros valores, tais como: os sociais, econômicos e ambientais, promovendo a reciprocidade. Ao analisar o perfil de consumo dos frequentadores das duas feiras agroecológicas, é perceptível o consumo de quantidade expressiva de diversos produtos orgânicos, artesanais e em transição#, em detrimento de alimentos ultraprocessados.

O trabalho de campo realizado nas Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e Vila A foi iniciado nos dias 31 de outubro e 1 de novembro de 2019. Nestes dois primeiros dias, foram realizadas as atividades de observação participativa/exploratória que proporcionou a formação de redes e aproximação com as mulheres feirantes, empreendedoras, produtoras agroecológicas e as que estão em transição da agricultura convencional para a agroecológica.

Na semana seguinte, nos dias 7 e 8 de novembro de 2019, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com aplicação de questionário de

perguntas abertas. Nestes dois dias, foram realizadas apenas duas entrevistas, com duração média de uma hora cada: a primeira com a agricultora e empreendedora Aparecida Suarez, e a segunda com a aluna e consumidora/simpatizante da feira, Fernanda. Após isso, os dados foram analisados e, em seguida, foi elaborado o texto contendo os resultados do trabalho de campo. O questionário aplicado está disposto no Anexo A (página 101).

Quando foi perguntada sobre o que seria agroecologia a discente/consumidora **Fernanda** afirmou que “agroecologia é um modo de vida, uma relação mais próxima com a natureza, o respeito pelo ciclo da vida e o contato direto com o agricultor(a)”, ou seja, demonstrou seu interesse em contribuir com o desenvolvimento da cadeia curta agroalimentar de Foz do Iguaçu e, conseqüentemente, com a realização das metas da Agenda 2030.

Falou também um pouco sobre a cesta campesina e sua importância ou relevância, pois a feira colabora com os pequenos agricultores de cidades rendeiras, cujos cultivos são diversificados: produzem panificados, laticínios, verduras, legumes e frutas, geleias etc. Quando a entrevistada foi questionada em relação a gênero e autonomia das mulheres, a mesma disse que “pois é, nunca aconteceu comigo, mas a gente percebe essas coisas ao redor”. Notou-se o nervosismo na fala da entrevistada enquanto relatava que as mulheres que participam da feira são as que conseguiram vencer a violência dentro de casa e o machismo para exercerem um papel de protagonismo em suas próprias histórias.

De acordo com a entrevistada **Aparecida Suarez**, “produzir as coisas sem veneno é importante, tem que ter amor a tua vida e a Terra.” A Dona Aparecida se considera agricultora familiar do município: “trabalhar na agricultura é uma coisa que já está no meu DNA (...) principalmente produzir produtos sem agrotóxicos”. Quando foi perguntada sobre o que sente ao trabalhar nas feiras ela relatou que “é muito bom, tenho liberdade e une o útil ao agradável, além da reciprocidade, trocar ideias, fazer amigos, conheço muitas etnias etc.”

Quando perguntada sobre o que seria agroecologia, ela abriu um sorriso no rosto e disse que:

Antigamente se fazia essa ideologia porém não se dava tanto valor quanto hoje em dia, valores estes que não se paga como a saúde e o

amor no que se faz, no meio ambiente e na vida [...] as mulheres quem começou a plantar e cultivar enquanto os homens iam à caça.

Sua produção é diversificada e está em transição para a agroecologia, sendo que há 8 anos ela não utiliza nenhum tipo de agrotóxico, faltando apenas a certificação para garantir que seu produto é agroecológico. Continua dizendo que “a terra só te dá retorno se você a trata bem, aqui no sítio é tipo um consórcio, uma planta ajuda o desenvolvimento da outra, um animal contribui com o outro e assim por diante”, considerando, portanto, que a variedade de sua produção depende do ciclo da natureza.

A entrevistada se mostrou indignada pela falta de apoio político aos pequenos agricultores e principalmente às mulheres pluriativas que unem campo e cidade, relatando que falta incentivo e políticas públicas voltadas a esse público, o que, em sua opinião, torna mais difícil para a sociedade atingir as metas das agendas mundiais sobre o meio ambiente e equidade de gênero como por exemplo as da Agenda 2030.

Ao longo da entrevista, quando abordada a questão de gênero, a entrevistada afirmou que se considera uma protagonista da própria história pois precisou ter coragem para sair de casa e ir à luta nas feiras, criando assim espaços de fala e tomadas de decisões. Ela declarou na entrevista que depois de muita luta venceu o machismo e o patriarcado e hoje em dia toma decisões lado a lado com seu companheiro, tanto dentro quanto fora de casa e até mesmo na feira: “Viemos da mesmas raízes, sempre trabalhamos com a terra, pensamos juntos, ele não gosta muito de feira mas ajuda com embalagens, plantas”.

Dona Aparecida também afirmou que o diálogo em sua relação com seu companheiro é fundamental para que as coisas que planejam e executam juntos dêem certo. Porém, considera que a iniciativa sempre parte dela, como ela mesma disse:

Pois se a pouca coisa que a gente tem foi eu quem fui à luta, em matéria de negócio, a frente sempre foi a minha. A mulher é um ser muito forte, ou ela constrói ou ela destrói, ou seja, um pouco santa um pouco serpente, mas quando decide fazer o bem faz tanto para sua família quanto para a sociedade também.

Ao finalizar a entrevista percebeu-se a importância que a entrevistada dá à saúde tanto dela mesma como das pessoas ao seu redor e o quanto estava feliz, transparecendo um sentimento de realização pessoal, social, profissional e espiritual no que faz. Em suas palavras, “o camponês não morreu, ele se

*reinventou*". A seguir, estão dispostas imagens das fases desta primeira etapa da pesquisa:

### Fotografia 9. Etapa de aproximação



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

### Fotografia 10. Etapa de entrevistas



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

### Fotografia 11. Análise de dados



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2019.

A partir do contexto imposto pela pandemia de covid-19, como forma de dar continuidade às entrevistas com as mulheres feirantes, se fez necessário entrar em contato primeiramente com o coordenador e orientador do projeto NAP-TERRA, professor Júlio Moreira, que forneceu o contato da bolsista do projeto de extensão nos períodos de 2020.1 e 2020.2, Daniela Andrade, discente do curso de Economia, que por sua vez passou os contatos das mulheres atuantes nas feiras e, assim, colaborou para que esta pesquisa fosse possível.

A lista oferecia os contatos de 7 mulheres, das quais 4 responderam prontamente ao questionário. As demais, por hipótese da entrevistadora, pesquisadora e autora desta monografia, não responderam por acúmulo de tarefas, por estarem ocupadas tanto dentro de casa quanto fora e, assim, fortalecendo o seu protagonismo de sua própria história. Além disso, por motivo da pandemia mundial pode-se levantar outra hipótese, neste caso o problema estaria voltado ao acesso à internet, o que pode ter dificultado a tarefa de dar sequência às entrevistas.

No dia 4 de janeiro de 2021 deu-se a retomada das atividades de pesquisa empírica, isto é, de realização das entrevistas com as mulheres feirantes. Neste primeiro momento as entrevistadas foram orientadas a descreverem sua própria biografia, onde expuseram suas trajetórias, suas motivações para exercerem o que fazem dentro e fora da esfera privada e suas experiências de forma geral. Todas as informações desta fase foram coletadas através do aplicativo de

mensagens *Whatsapp*, por consequência da pandemia mundial.

Pelo formato virtual algumas das entrevistadas não se sentiram confiantes e adaptadas para fazerem as entrevistas à distância, conseqüentemente, algumas responderam muito rápido e outras não chegaram a sequer visualizar as mensagens enviadas. Por esta razão, duas hipóteses são levantadas: (I) as entrevistadas estão muito atarefadas, fazendo com que a hipótese inicial se confirme em sua pluriatividade e protagonismo tanto dentro quanto fora da esfera privada, ou (II) estão sem celular, computador ou qualquer outro recurso de comunicação virtual e por esse motivo não obtivemos sucesso nas entrevistas.

Neste sentido, 3 biografias foram selecionadas para expor um pouco da história destas mulheres. A primeira biografia é a da **Dona Catarina Gonçalves da Silva**, a qual conheceu e começou a desenvolver suas atividades na feira agroecológica através de uma amiga feirante chamada Lucivânia. Antes de participar da feira, a produção e comercialização dos seus produtos eram realizadas apenas em sua casa e, depois que os trabalhos se expandiram na feira da universidade, amizades foram surgindo e suas encomendas aumentaram. Os produtos produzidos e comercializados por ela são: cucas, bolos, salgados, bolachas, salgados veganos, entre outros.

Segundo a entrevistada:

Sempre procurei fazer essas coisas pois consegui sair da rotina. Apesar q quando me aposentei vim mora aqui no bairro (universitário 2) meu marido logo ficou muito doente não sabia mais oq fazer pois já estava entrando em depressão foi quando conheci minha amiga feirante Lucivânia. Foi aí que comecei fazer feira junto com meu esposo onde nós começamos a nos animar, foi a melhor coisa que nos aconteceu encontrei grandes amizades e ótimos clientes. Me identifiquei muito com a feira ecológica. Como é bom trabalhar em grupo onde cada feirante apresentando seus produtos.

Com a pandemia do coronavírus a feira precisou ser reformulada e, por esse motivo, Dona Catarina voltou a produzir e comercializar dentro de sua propriedade. Entretanto, as redes que ela construiu através da feira contribuíram para que ela mantivesse o vínculo com seus consumidores, o que fortaleceu sua cadeia curta de produção. Em suas palavras, “Esperamos q a pandemia passe para q nós voltamos a nossa atividade da feira. Sou participante da feira e Amo Fazer feira.”

Através deste relato notou-se a importância que o projeto da feira agroecológica tem na transformação da vida desta senhora e de sua família,

tanto nos pontos social e econômico quanto da formação política, uma vez que os feirantes aprendem e ensinam mutuamente a cada feira que é realizada e a reciprocidade proporcionada por este ambiente leva a uma troca de conhecimentos que contribui para inúmeros aspectos da vida pessoal e profissional, além de que, de acordo com a entrevistada, a socialização proporcionada pela feira a ajudou a superar a depressão.

A segunda entrevistada se chama **Dona Vilma Constantino da Silva Pippo**, moradora do condomínio Terra Nova, um condomínio vizinho da universidade. Seu relato começa expondo o conhecimento que adquiriu através da feira e como iniciou sua produção:

Comecei a fazer kombucha à partir de um Scooby que ganhei de uma amiga. No início não dei confiança. Guardei na geladeira por uns três meses. Depois, comecei a entrar em grupos de fabricantes de kombucha artesanal e vi a grandeza que era essa deliciosa bebida e desde então comecei a fabricar artesanalmente e vender (..) E cada dia tem crescido e expandindo essa maravilhosa bebida que além de ser natural, vegana, que só faz bem pra saúde!!!

Além deste relato sobre os conhecimentos adquiridos, também fala sobre as pessoas que antes de tomar a sua bebida tomavam remédios controlados e que depois se tornaram livres deles:

Temos relatos de pessoas que tomavam remédio para dores no corpo, nas juntas, com artrite e hoje não se médica mais. Essa bebida tem inúmeros benefícios. Eu tinha depressão, graças à Deus e à kombucha. Estou muito bem!!!

Na entrevista ela afirmou que conheceu o projeto da feira através de uma amiga psicóloga e foi interagindo fazendo amizades e assim encontrou com o professor Júlio. A partir de então, começou seus trabalhos dentro da feira e logo em seguida eclodiu a pandemia de coronavírus. Assim, ela não pôde mais expor seus trabalhos na feirinha física, mas continua vendendo virtualmente aos seus amigos conquistados na feirinha: “Consegui participar da feirinha na Unila por duas vezes e depois veio a pandemia. Mas continuo meu trabalho pelo whatsapp. Boca a boca!!! Sou hoje muito feliz!!! E assim sigo essa bela trajetória!! Obrigado!!!”.

O terceiro relato é de **Sara Concepción Chena Centurión**, mulher, mãe, companheira e educadora que também trabalha como feirante, que nos traz um

## importante relato sobre o protagonismo na Feira Agroecológica da Unila:

A minha entrada no projeto da Feira Agroecológica da Unila se deu em 2019 quando foram chamados à reunião todos os feirantes. De início já me dispus a participar do grupo da Organização estrutural da feira. Nessa época eu iniciei a venda de pães artesanais que fazia como forma de me ressignificar num sistema que eu compreendo como desumano, frio e que invisibiliza as pessoas que ele mesmo (o sistema) diminui, lhe tira as possibilidades de ter uma vida digna e tranquila em equilíbrio com o meio ambiente.

Sou professora na educação indígena, mãe de 4 filhos e esposa. Em 2018 nos mudamos para Foz do Iguaçu e esta mudança fez com que eu e minha família decidíssemos que eu ficaria afastada do mercado de trabalho até meus filhos pequenos (hoje com 4 e 5 anos) crescessem mais. Foi então que entrei no mundo dos afazeres domésticos e artesanais, saindo destes afazeres a elaboração de pães com fermentação natural. Me chamou a atenção a feira agroecológica da Unila, nela vi um cenário de diversidade cultural, formas de pensar e conceber o mundo de uma maneira que eu também compreendia e me fez querer participar da feira. Foi assim, que na reunião de planejamento do ano 2020 eu participasse e me envolvesse na tarefa de organização da estrutura do que seria a feira, ou seja, esse grupo se encarregava de organizar as mesas de exposição dos feirantes, da iluminação, do som e das demandas específicas na hora da feira, assim como quando ela termina a reorganização e entrega de todo o material que a UNILA oferece como suporte. Com esta atividade pude conhecer pessoas e universos que mudaram bastante a minha vida, conheci e compreendi conceitos como economia solidária, produtos agroecológicos, venda e consumo consciente entre outros.

Acredito que a feira traga dentro do seu cerne uma ideal que tente atualizar o conceito de consumo, de equilíbrio e conexão com a natureza, de relações sociais que estão em constante mudança. Esta última está num momento embrionário ou de gestação, haja vista que a militância extremista ainda esteja em fase de desconstrução e atualização. O que senti nos dias que houve feira foi um grupo de jovens e adultos querendo acertar, querendo fazer valer o ideal de transversalidade de falas e de vivências, com respeito e possibilidades de lugares de falas das mais variadas, mas, ainda esse tipo de atitudes é embrionários e necessita do desenvolvimento factual da construção das relações num mesmo nível de voz (fazendo menção a vozes baixas e altas).

A feira agroecológica significa para mim um lugar pedagógico e de observação das relações sociais e do discurso, atos de fala e de atitudes, visto que com relação a outras Universidades a Unila tem esse projeto que nos possibilita a interação de identidades da Latino América, trazendo a tona relações das mais variadas. É lugar pedagógico porque nessa feira aprendemos didaticamente tudo que concerne ao universo da compra-venda consciente, do consumo consciente, da forma de elaboração consciente, e da ingestão consciente de alimentos que em teoria deveriam ser preparados com higiene, tranquilidade e matéria-prima orgânica. Digo “em teoria” porque está aí outro ponto que devemos trabalhar na feira com os vendedores de alimentos. O manuseio e preparo dos alimentos.

A feira também traz possibilidades de sustento a todos os feirantes, as pessoas que trabalham na agricultura familiar, a alunos que contam com o dinheiro da venda para poder sobreviver e permanecer na Universidade. Aqui vem a tona outro ponto que aos poucos deve ser trabalhado e discutido, a questão de preço, ainda há uma confusão de que se o produto é artesanal e orgânico deve ser cobrado um preço relativamente alto ao que se encontra no mercado. Acredito que se

temos um ideal de trabalhar de forma consciente esse seja o outro ponto que deve ser analisado e discutido, o preço.

Assim, há vários pontos que podemos levantar e trazer para discussão com os protagonistas da feira agroecológica, mas o que quero destacar aqui é o protagonismo das mulheres neste projeto, elas/nós/nxs temos um papel bastante importante nos trabalhos que oferecemos na feira, acredito que uma das formas de fortalecer o feminino sagrado é deixando fluir as nossas energias a través de produtos feitos com amor, sensibilidade e carinho. Me atrevera a dizer que mais de 60% dos protagonistas da feira agroecológica são mulheres, mulheres estás que com seus produtos e ensinamentos nos mostram a força feminina sendo transformado em produtos alimentícios e dos mais variados gêneros.

O protagonismo feminino na feira agroecológica pode ser entendido de várias maneiras e uma das leituras que podemos fazer é que mesmo o mercado nos veja como não aptas nós evidenciamos que ressurgimos de qualquer situação de inferioridade, de qualquer lugar de voz baixa que nos coloquem, que muitas vezes não é necessário “gritar” para sermos ouvidas e sim ouvir e observar e principalmente SENTIR. Pois para enxergar uma mulher é necessário que se sinta a essência delas, de cada uma delas.

Com esses relatos percebeu-se o quanto a feirinha contribui com o desenvolvimento de cada mulher que nela participa, cada uma delas com uma experiência nova adquirida e o quanto essas mulheres se orgulham de serem as protagonistas das suas próprias histórias, se sentem realizadas tanto com seus vínculos de amizades quanto com o retorno financeiro de seus trabalhos e como isso tudo se reflete em suas vidas.

Através da observação participativa da autora, observou-se que as agriculturas e empreendedoras que trabalham nas feiras agroecológicas são trabalhadoras pluriativas, que desempenham inúmeras atividades para assegurar o seu sustento; trata-se de produtoras e artesãs que trabalham no âmbito doméstico e também realizam o gerenciamento dos recursos obtidos pelo seu trabalho nas feiras.

As e os feirantes são fontes confiáveis e ricas em conhecimento sobre os alimentos sem agrotóxico ou em transição, e contribuem com o planejamento semanal de quem está aprendendo a modificar a maneira de consumir com responsabilidade ambiental e social, levando em consideração a saúde e a relação custo-benefício de consumir produtos agroecológicos e artesanais.

### 3.2 O TRABALHO DAS MULHERES FEIRANTES EM FOZ DO IGUAÇU E A AGENDA 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)

possui compromissos e um escopo que possuem abrangência global. A agenda está organizada em torno de 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que estão ligadas umas às outras, ou seja, são metas indivisíveis, que só podem ser atingidas em conjunto. Para tal, a Agenda 2030 requer a participação de todos os setores e atores da sociedade para ter suas metas atingidas e ser implementada efetivamente em todos os países (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

Diante disto, o desenvolvimento rural é um dos elementos necessários para alcançar as metas estabelecidas pelos ODS, pois sem desenvolvimento rural não há desenvolvimento sustentável. A falta de trabalhos dignos na agricultura e outras atividades produtivas primárias gera um problema estrutural de pobreza da população rural. Nesse sentido, “o rural” é muitas vezes considerado como um espaço de deficiências e pobreza, porém, para mudá-lo, é necessário mudar a forma como o vemos, passando a considerar o espaço rural como um espaço de oportunidades para transformar sistemas alimentares e fomentar a gestão sustentável de recursos naturais (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

Em “Acciones claves para la transformación rural y agrícola hacia el desarrollo sostenible e inclusivo en ALC”, terceiro capítulo do relatório “Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2019-2020”, publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em 2019, estão dispostas algumas propostas para oportunidades no âmbito rural que podem contribuir com as metas da Agenda 2030, dentre as quais destacamos duas:

1. Investir em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural para promover o ERNA (Emprego Rural Não Agrícola), como turismo, gastronomia, artesanato, hotelaria, entre outras, promovendo a pluriatividade dos trabalhadores de zonas rurais como alternativa para enfrentar os riscos associados à vulnerabilidade socioeconômica;
2. Promover a efetiva inclusão econômica das mulheres, para eliminar as diferenças entre homens e mulheres no acesso à terra, bens produtivos e mercados, além de favorecer práticas e políticas que reduzam a sobrecarga de trabalho não remunerado das mulheres e garantir sua plena e efetiva participação no mercado de trabalho. (CEPAL; FAO; IICA, 2019).

Neste sentido, a participação das mulheres pluriativas nas Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A contribui com os

objetivos da Agenda 2030 ao passo que ao se desvincularem da esfera privada ocupando um espaço de atuação como protagonistas da própria história, ao enfrentar o machismo e o patriarcado oriundo do sistema capitalista, em busca dos seus sonhos, metas e objetivos, fazem parte sim da concretização das metas e objetivos das agendas mundiais que envolvem o desenvolvimento rural, a segurança alimentar, a equidade de gênero entre outros fatores.

A realização pessoal, social, emocional, financeira, intelectual fortalece essas mulheres a não se acomodarem e irem à luta e assim acreditarem em perspectivas futuras, em termos de liberdade e espaços de fala. Atualmente essas mulheres focam em como se desenvolverem perante o cenário de pandemia mundial, onde o trabalho na feira, face a face, foi trocado pelo virtual. Mesmo assim, elas não podem se deixar levar e precisam persistir, se capacitando a todo instante para se manterem no mercado.

As entrevistadas unificam as respostas quando todas referem-se ao fato de que através da feira e do coletivo (economia solidária) conseguiram sair do estado de depressão, doença considerada o mal do século XXI, além de também mencionarem que através da socialização gerada pela feira puderam vencer a ansiedade. Portanto, considera-se relevante a declaração de todas ao dizerem o quão bem a feira agroecológica fez para as suas vidas e conseqüentemente nas famílias destas mulheres.

O protagonismo dessas mulheres nos leva a crer no potencial e capacidade de transformação da sociedade de baixo para cima, conhecido como *BOTTOM-UP*, em coletivo elas planificam e executam ações com o objetivo de se desenvolverem a níveis pessoal e profissional, e o resultado volta à sociedade. A horizontalidade, as contribuições multidimensionais, as decisões em conjunto e as soluções de possíveis problemas, presentes nas atuações destas mulheres, tornam-se uma estratégia para atingir as metas da Agenda 2030 como a equidade de gênero, a superação da fome, o desenvolvimento sustentável e a promoção da soberania alimentar.

Concluimos a necessidade de se dedicar e aprofundar nas pesquisas que dizem respeito à liberdade e ao empoderamento das mulheres pluriativas e protagonistas da sua própria história tanto dentro de casa quanto na feira ou em outros lugares. Notou-se a transversalidade das questões de gênero e como o trabalho destas mulheres gera uma importante contribuição para atingir as metas

e os objetivos da Agenda 2030, uma das principais ferramentas na atualidade para a diminuição da desigualdade. A seguir, encontram-se dispostas mais fotografias que ilustram o ambiente de trocas comerciais e culturais das feiras agroecológicas aqui estudadas, ressaltando sua riqueza cultural e social:

**Fotografia 12. Tabela de preços das feiras agroecológicas**

ALIMENTOS DA FEIRA		ALIMENTOS DA FEIRA	
VERDURAS E ESPECIARIAS		MARACUJÁ	KG R\$ 8,00
ALFACE	KG R\$ 5,00	MAMÃO	KG R\$ 4,00
SALSINHA	(MASSO) R\$ 3,00	MEXIRICA ou PONKAN	KG R\$ 4,00
MANDIOCA DESCASCADA	KG R\$ 5,00	LIMÃO ROSA	KG R\$ 4,00
MANJERICÃO	(MASSO) R\$ 3,00	BANANA MAÇÃ ou CATURRA	KG R\$ 4,00
CIDREIRA	(MASSO) R\$ 3,00	BANANA VERDE BIO MASSA	KG R\$ 3,00
FOLHAS DE TAIOLA	(MASSO) R\$ 5,00	ABACATE	KG R\$ 5,00
MILHO VERDE PCT 500 GR 5,00 ORA-PRO-NÓBIS	(BAN) R\$ 5,00	LARANJA ou LIMÃO TAITI	KG R\$ 4,00
ABÓBARA SECA PICADA KG R\$ 5,00	SECA INT. KG R\$ 2,00	DIVERSOS	
TAMARINDO (BAND. 200 GR) R\$ 5,00	ALÇAFRÃO R\$ 5,00	MEL ORGÂNICO (500 ML) R\$ 30,00	(1 KG) R\$ 30,00
HIBISCO	200 GR R\$ 5,00	MEL ORGÂNICO	300 GR R\$ 10,00
PÃO DE TRIGO ou MILHO	R\$ 10,00	MEL NO FAVO	KG R\$ 30,00
CAPIM CIDREIRA ou CITRONELA (MASSO) R\$ 3,00		MEL JATAÍ	30 ML R\$ 15,00
LATICÍNEOS		PRÓPOLIS FRASCO	R\$ 15,00
MANTEIGA	(500 GR) R\$ 15,00	MELADO ESCORRIDO	400 GR R\$ 7,00
NATA	POTE (500 GR) R\$ 12,00	BANHA (750 ML) R\$ 10,00	GARRAFA R\$ 20,00
LEITE	2 LITROS R\$ 8,00	SALAME	KG R\$ 23,00
QUEIJO	KG R\$ 25,00	AÇÚCAR MASCAVO	KG R\$ 13,00

Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 13. Atividades culturais na feira do Jardim Universitário**

Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 14. Músico em feira agroecológica do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 15. Artesã em feira agroecológica do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 16. Grupo de dança do ventre na feira do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.

**Fotografia 17. Grupo de dança carimbó na feira do Jardim Universitário**



Fonte: NAP-TERRA, 2019.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado de todo o processo de investigação, obteve-se as seguintes conclusões: com o decorrer do processo chamado Revolução Verde os alimentos passaram a ser ultraprocessados e modificados com adição dos mais variados produtos químicos, sejam eles para render mais na lavoura ou na produção dentro das empresas, o que causou graves danos à saúde alimentar da população no geral.

Atualmente, existe uma busca cada vez maior por alimentos vendidos em feiras agroecológicas devido à confiança de que esses alimentos foram produzidos de forma orgânica e sem o uso de agrotóxicos. Dentro dos espaços das feiras agroecológicas, de forma geral, mas especialmente das feiras realizadas no Jardim Universitário (UNILA) e Vila A, observamos o importante papel desempenhado pelas mulheres, que dão sustentação a esta relação de confiança consumidor-produtor, ao assumirem papéis de liderança e organizarem a realização destas feiras.

O sistema econômico e social vigente, baseado no modo de produção capitalista e no patriarcado, fez com que as mulheres sofressem, historicamente, muitas violências no âmbito doméstico. A saída para a esfera pública foi o primeiro passo para as mulheres se libertarem dessa dominação. Neste sentido, as vendas nas Feiras Agroecológicas do Jardim Universitário (UNILA) e da Vila A contribuíram com a liberdade econômica e social das mulheres feirantes, lhes trouxeram a autoconfiança de serem quem sempre foram, sem se preocupar com as represálias do próprio sistema e os processos de tomada de decisões.

A produção destas mulheres, geralmente, é em pequenas áreas, até mesmo no próprio quintal (agricultura urbana), porém de grande variedade e qualidade, pois muitas adquiriram o manejo agroecológico e, por esse motivo, produzem alimentos que não contêm agrotóxicos. Algumas até já estão no processo de transição e vão adquirir selos para passarem mais confiabilidade com seus produtos para os consumidores responsáveis.

A comercialização de seus produtos através das feiras agroecológicas, além de promover a renda também proporciona momentos de troca de conhecimento e saberes e, pelos relatos das mesmas, até mesmo a saída da

depressão, pois interagem com muitas pessoas, criam redes de conversas, etc. É um processo que gera o fortalecimento e empoderamento de muitas mulheres feirantes.

As mulheres que trabalham nas feiras vêm se destacando e tornando-se protagonistas das suas próprias histórias, concretizando seus sonhos, metas e objetivos, tanto dentro de casa (área privada) quanto fora (área pública) através de seus estudos, trabalhos e espaços de fala e decisões. A experiência de auto-organização, cooperação mútua e formação política adquirida em conjunto nos espaços das feiras contribui com a autonomia, a autoestima, a liberdade de expressão e outros aspectos.

Muitas destas mulheres não sabem o quanto seu papel é importante para a Agenda 2030 e como seus trabalhos promovem o desenvolvimento sustentável local e regional, a garantia de segurança e soberania alimentar, promovendo-as mudanças sociais sem perceber. A pluriatividade exercida por essas mulheres garante renda fixa e extra, tornando-as livres e independentes física e financeiramente, sendo muitas vezes reconhecidas como “chefes de família” e atraindo, assim, visibilidade para seu trabalho dentro e fora de casa, e contribuindo para um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável e alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H; LEROY, J. P. **Novas premissas da sustentabilidade democrática.** *Cadernos de Debate*, n.1, Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, Rio de Janeiro, 1999.
- AGUIAR, M. V; SILIPRANDI, E; PACHECO, M. E. **Mulheres no Congresso Brasileiro de Agroecologia.** *Agriculturas*, v. 6, n. 4, dezembro de 2009, p. 46-48.
- ALIER, J. M. **El ecologismo de los pobres.** Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Barcelona: Icaria/Atranzyt/FLACSO, 2004.
- ALMEIDA, J. D. L. **Manual do Candidato:** História do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.
- ALVES, L. **O que é a Agenda 2030 da ONU?** *Bistroveg*, 28 de agosto de 2018. Disponível em: <<http://bistroveg.com.br/agenda-2030/>>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- ALVES, G. S; SELL, L. B; CASTRO, A. M. **Educação e trabalho da mulher no campo e suas invisibilidades.** *Revista SURES*, n. 11, 2018.
- ALVEZ, A. I.; GASPARINO, S.; ALVES, G.; GONÇALVES, S. M. **Feiras e Mercados Municipais em Bocaiúva (MG) e Montes Claros (MG): O Empoderamento das Mulheres Agricultoras.** *Revista do Departamento de Geografia*. Universidade de São Paulo, V.33, p 97-105, 2017.
- AMORIM, L. S. B; STADUTO, J. A. R. **Desenvolvimento Territorial Rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná.** *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29, jan./jun. 2008.
- ANA. **Sem Feminismo Não Há Agroecologia.** Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres), *IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA)*, Belo Horizonte, 2018.
- ANMC. **Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação.** Associação Nacional de Mulheres Camponesas, setembro de 2007. Disponível em: <[http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha\\_tbase2007.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/cartilha_tbase2007.pdf)>. Acesso em: 06 mar. 2021.
- ANMC. **Economia Feminista a partir da Campanha Nacional de Produção de Alimentos Saudáveis.** Associação Nacional de Mulheres Camponesas, outubro de 2015.
- ARAÚJO, T. **Agroecologia como Prática Social: Feiras Agroecológicas e Insubordinação Camponesa na Paraíba.** Dissertação de Mestrado. Programa

de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

APACO. **Plano da cadeia produtiva da suinocultura na Agricultura Familiar no Alto Uruguai Catarinense**. 2014, 173p.

BIELSCHOWSKY, R. **O pensamento econômico de Celso Furtado**. In: *Pensamento econômico brasileiro*, 1996. p. 134-173.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. **Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

BONANNO, A. *A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar*. In: CAVALCANTI, J.S.B. (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente**. Recife: UFPE, 1999.

CABRAL, U. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. *Agência IBGE Notícias*, 17 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CARDOSO, E. M; RODRIGUES, V. S. **Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil**. *Agriculturas*, v. 6, n. 4, dezembro de 2009, p. 12-16.

CARNEIRO, M. J. **Mulheres no campo**: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 2, junho 1994: 11-22. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dois/carnei2.htm>>. Acesso em: 07 set. 2020.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.11, 1998.

CARNEIRO, M. J. **Herança e gênero entre agricultores familiares**. *Revista Estudos Feministas*, segundo semestre, ano/vol. 9, n. 01, 2001.

CARVALHO, Maria Cecília de. **Metodologia Científica, fundamentos e técnicas**: construindo o saber. 24ªed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.  
CASIMIRO, I .M. **Paz na terra, guerra em casa**: feminismo e organização de mulheres em Moçambique. Maputo: Promedia, 2004.

CEPAL. **Autonomia das mulheres é imprescindível para a igualdade de**

**gênero.** 10 de janeiro de 2017. Disponível em:  
<<https://nacoesunidas.org/cepal-autonomia-das-mulheres-e-imprescindivel-para-a-igualdade-de-genero/>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

CEPAL. **Seguridad Alimentaria y Nutricional:** América Latina y el Caribe. *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe*, CEPAL, 2021. Disponível em: <<https://dds.cepal.org/san/estadisticas>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

CEPAL; FAO. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria:** Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe. *Informe COVID-19 CEPAL-FAO*. 16 de junio de 2020. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/4/S2000393\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45702/4/S2000393_es.pdf)>. Acesso em: 16 jan. 2021.

CEPAL; FAO; IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas:** una mirada hacia América Latina y el Caribe 2019-2020. San José, C.R.: IICA, 2019. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45111/1/CEPAL-FAO2019-2020\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45111/1/CEPAL-FAO2019-2020_es.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2021.

CONTI, I. L. **Segurança Alimentar e Nutricional:** noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

CUEVA, A. **El desarrollo del capitalismo en América Latina.** México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

DEERE, C. D; LÉON, M. **Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 100-153.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

ELLIS, F.; BIGGS, S. **La evolución de los temas relacionados al desarrollo rural: desde la década de los años '50 al 2000.** *Organizações Rurais*, Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005.

EPAGRI. **Curso sobre sementes crioulas terá próxima etapa dia 30 de julho.** *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina*, 29 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2020/07/29/curso-sobre-sementes-crioulas-tera-proxima-etapa-dia-30-de-julho/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FAO. **Deep Roots**. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, FAO, 2014. Disponível em: <<http://digital.tudor-rose.co.uk/deep-roots>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FAO. **Help eliminate hunger and malnutrition**. *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, FAO, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca3923en/ca3923en.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. **In Brief to The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2020.

FERNANDES, S. A. **Gênero e políticas de crédito: Pronaf Mulher em SC**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FONSECA, A. I; COSTA, S. G; LIMA VIEIRA, G. R; GALDINO, S. M. **Feiras e Mercados Municipais em Bocaiúva (MG) e Montes Claros (MG): O Empoderamento das Mulheres Agricultoras**. *Revista do Departamento de Geografia*, V. 33, 2017, p. 97-105. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/129166/133317>>. Acesso em: 19 fev. 2021.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final: Pelo direito dos povos a produzir, alimentar-se e a exercer sua soberania alimentar**. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <<http://neaepr.blogspot.com/2010/01/conceito-de-soberania-alimenta.html>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 4<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 5<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GUNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão?** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. vol. 22, n.2, 2006, p. 201-209.

JALIL, L. **Soberania alimentar, feminismo e ação política um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas**. *Agriculturas*, v. 6, n. 4, dezembro de 2009, p. 9-11.

HECHT, S. *A evolução do pensamento agroecológico*. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002, p. 21-52.

IANNI, O. **O mundo do trabalho**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 1, 2-12, jan./mar. 1994.

IBGE. **Censo agropecuário**: resultados definitivos 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

IPEA. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: ODS 5 - Igualdade de Gênero**. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. PARIS: Armand Colin, 1990.

KREFTA, N. M; NICODEM, R. S; MENDES, I. A; KIRCHNER, M. H; ANZILAGO, J. L; FEIER, C. M; KREFTA, R; LOPES, M; SCHMITZ, A; MARANHO, L. F. **Conhecer, Prevenir, Lutar e Cuidar**. A saúde da mulher. Movimento das Mulheres Camponesas em Santa Catarina, MMC/SC. Chapecó, 2006.

MALUF, R. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MALUF, R. S. J; MENEZES, F; MARQUES, S. B. **Caderno "segurança alimentar"**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica, 2000. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar\\_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf)>. Acesso em: 07 set. 2020.

MANZINI, E. **Entrevista Semi-Estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod\\_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Mari%CC%81lia.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MARQUEZ, M; ETORENA, V. G. *Género y Extensión Rural: vaivenes de una relación*. In: TOMASINO, H; HEGEDUS, P. (orgs.). **Extensión**: reflexiones para la intervención en el medio urbano y rural. Montevideo: Facultad de Agronomía, Universidad de la Republica, 2006, p. 137-153.

MARTÍNEZ, R; FERNÁNDEZ, A. **Impacto social y económico de la desnutrición infantil en Centroamérica y República Dominicana**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, julio de 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I - o processo de produção do capital. Volume II. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1987.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Lua Nova*, São Paulo, nº 17, junho de 1989.

NIEDERLE, P. A. **Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar**. *Extensão Rural*, v. 16, p. 5-38, 2009.

NIEDERLE, P. A; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto

Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NOBRE, M. N. P; MIGUEL, M. M; MORENO, R; FREITAS, T. V. **Economia Feminista e Soberania Alimentar: avanços e desafios**. OXFAM, 2014.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. *Rev. FAE*, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

ONU. **A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Plataforma Agenda 2030, ONU, 2015. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

PACHECO, M. E. L. *Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero*. In: GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib/SOS Corpo. **Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: Gênero e Cidadania, 2002 (obra coletiva).

PACHECO, M. E. L. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres**. *Agriculturas*, v. 6, n. 4, dezembro de 2009, p. 4-8.

PASQUALOTTO, N; KAUFMANN, M. P; WIZNIEWSKY, J. G. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. 1a edição. Santa Maria, RS: UAB/NTE/UFSM, 2019.

PAULANI, L. M; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2007.

PAULILO, M; I. **O peso do trabalho leve**. *Revista Ciência Hoje*, vol.5, n.5, jan/fev, 1987.

PAULUS, G; SCHLINDWEIN, S. L. **Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura? Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. 2001.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Ed Contexto, 2012.

PIÁ. **Pancs: Plantas Alimentícias Não Convencionais**. *Conexão Ambiental*, Paraná Inteligência Artificial. 2021. Disponível em: <<http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Pancs-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PIMBERT, M. **Mulheres e soberania alimentar**. *Agriculturas*, v. 6, n. 4, dezembro de 2009, p. 41-45.

PLOEG, J. D. van der *et al*. **Rural development: from practices and policies towards theory**. *Sociologia Ruralis*, Netherlands, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1a edição. Porto Alegre:

UFRGS, 2008.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Desenvolvimento Sustentável**. *Portal Educação*, 2021. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/desenvolvimento-sustentavel/8760>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PORTO, G. **Pesquisa Quantitativa**. Disponível em <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1585239/mod\\_resource/content/1/pesquisa%20QUANTITATIVA%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1585239/mod_resource/content/1/pesquisa%20QUANTITATIVA%20.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n. 271, março de 2007.

PRONATEC. **Módulo II: Associativismo e cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária**, 2014, 155p.

SAHLINS, M. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974

SANTOS, T. **A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, S. F. **Gestão, participação social e os direitos da mulher no espaço rural do município de Foz do Iguaçu, Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

SAWAYA, A. L. **Desnutrição: consequências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional**. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 58, 2006.

SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. In: GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. [orgs.]. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017, p. 9-26.

SERRA, L. S; MENDES, M. R. F; SOARES, M. V. A; MONTEIRO, I. P. **Revolução Verde: reflexões acerca da questão dos agrotóxicos**. *Revista Científica do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB*, N. 4, V. 1, jan/julho 2016.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2009.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, L. P. C. *et al.* **Da extensão à emancipação: um recorte a partir da**

prática de jovens camponeses na Paraíba. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], v. 12, n. 1, julho de 2017. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/22301>>. Acesso em: 21 fev. 2021.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIMMEL, G. **O dinheiro na cultura moderna**. In: SOUZA, J; OLZE, B. (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: UNB, 1998.

TEIXEIRA, V. L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, Seropédica, CPDA/UFRRJ, 1998.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

TORREZAN, R. **Segurança Alimentar**. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. Disponível em: <[https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/tecnologia\\_de\\_alimentos/arvore/CONT000fi7nk4h802wyiv80mr28rzsom2nj4.html](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/tecnologia_de_alimentos/arvore/CONT000fi7nk4h802wyiv80mr28rzsom2nj4.html)>. Acesso em: 07 set. 2020.

UNILA. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014.

WEBER, M. **Ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZYLBERSZTAJN, D. *Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial*. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

**ANEXO A – QUESTIONÁRIO AGROECOLOGIA E GÊNERO**

1. O que é agroecologia? Qual é o seu significado e a importância para sua vida?
2. Qual é o papel da agroecologia dentro da feira?
3. O que produzem e de que forma?
4. Os insumos são comprados ou produzidos na propriedade?
5. Fazem trocas de sementes?
6. Qual é a diversidade de seu cultivo? São consorciados ou separados?
7. Como se dá o tratamento do solo? É coberto?
8. Quais as ferramentas/ tecnologias que utilizam?
9. Recebem algum apoio de organizações estatais, governamentais ou não?
10. De onde vem o conhecimento de produzir: família ou assistência?
11. Você e seu companheiro trabalham juntos? Como se dá a divisão de trabalho?
12. Você tem autonomia de decisão?
13. Você produz para autoconsumo ou somente para a feira?
14. Você contabiliza o seu trabalho, sua alimentação e sua venda?